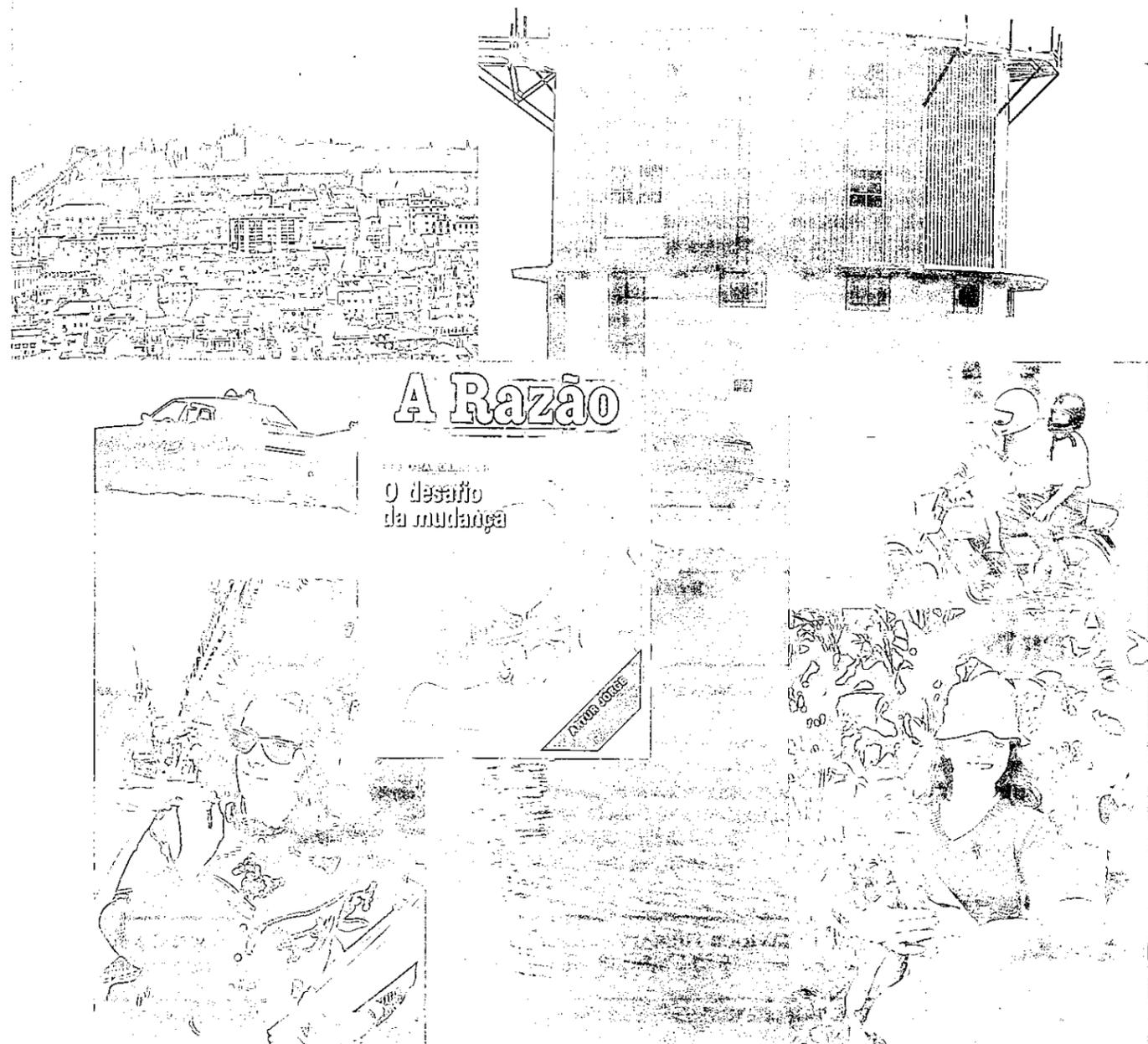


REVISTA
MENSAL
DE ESPAÇO TEMÁTICO



A Razão

O desafio
da mudança

ARTURO GONÇALVES

Ler

A Razão

...

é razão para um bom diálogo

Rua de S. Dinis, 309-1.º Fte. • 4200 PORTO

JORNAL DE PSICOLOGIA - 1992, VOL. 10, Nº 1

Jornal de PSICOLOGIA

VOLUME

10

DIRECTOR: RUI ABRUNHOSA GONÇALVES • PUBL. TRIMEST. • ANO 10 • Nº 1 • PREÇO 350\$00 • JAN. 1992

**A INVESTIGAÇÃO NO DOMÍNIO DAS PRISÕES E DA
DELINQUÊNCIA EM PORTUGAL: PAPEL E CONTRIBUTO
DA PSICOLOGIA**

Rui Abrunhosa Gonçalves

PÁGINA 3

DEPRESSÃO PÓS-PARTO E INTERACÇÃO PRECOCE

Bárbara Figueiredo, M^a Emília Areias, Amílcar R. Augusto,
José M. Calheiros e Eurico Figueiredo

PÁGINA 13

**SISTEMA PROJECTOS: ORIENTAÇÃO VOCACIONAL
APOIADA POR COMPUTADOR**

Maria do Céu Taveira

PÁGINA 21

DROGA E SIDA: QUAL A RELAÇÃO?

Marina Prista Guerra

PÁGINA 26

**REUNIÕES CIENTÍFICAS, CALENDÁRIO E OUTRAS
SECÇÕES**



Jornal de PSICOLOGIA

ISSN:0870-4783

DEPÓSITO LEGAL Nº 15561/87
 DIRECTOR: Rui Abrunhosa Gonçalves
 DIRECTORES ASSOCIADOS: Óscar Gonçalves e Miguel Cameira.
 REDACÇÃO: Conceição Nogueira, Edgar Pereira, João Guedes Barbosa, Jorge Negreiros, José F. Cruz, Manuel Geada, Maria do Céu Taveira, Natália Ramos, Paulo Machado, Pedro Barbas Albuquerque, Pedro Pinho, Telmo Baptista e Teresa Freire.

SECRETARIADO: Maria Amélia Santos.
 COLABORADORES: Leandro Almeida (Porto); Aires Gameiro (Lisboa); Albano Estrela (Lisboa); Amaral Dias (Coimbra); Anna Bonboir (Louvain - Bélgica); Bárto Campos (Porto); Bartha Lajos (Budapest - Hungria); Brigitte Cardoso e Cunha (Porto); Aura Montenegro (Coimbra); G.R. Skanes (Newfoundland - Canadá); Georges Meuris (Louvain - Bélgica); Gerardo Marin (San Francisco - EUA); Gunnar Kylén (Estocolmo - Suécia); Hakan Brokstedt (Estocolmo - Suécia); Harlan Hansen (Minneapolis - EUA); Isolina Borges e J. Bairráo Ruivo (Porto); Klaus Helkama (Helsínquia - Finlândia); Leonard Goodstein (Washington, D.C. - EUA); Lois Thies Sprinthall (North Carolina - EUA); Luís Alberto Guerreiro (New Jersey - EUA); Maria de São Luís Castro (Porto); E. Mullet (Paris - França); Maurice Reuchlin (Paris - França); Norman Sprinthall (North Carolina - EUA); Patrícia Fontes (Irlanda); Peter Merenda (Rhode Islande - EUA);

SUBSIDIADO POR: Fundação Eng.º António de Almeida; Gov. Civil do Porto; Câmara Mun. do Porto; Junta Nac. de Investigação Científica e Tecnológica.
 ASSINATURA ANUAL: Portugal - Pessoal: 1000\$00; Instituições: 2500\$00; Países de expressão portuguesa (Brasil e África) - U.S. \$15; U.S. - \$20; Europa - U.S. \$20; U.S. \$25; Outros Países - U.S. \$25 - U.S. \$30.
 Preço avulso: 350\$00.
 Números atrasados: 250\$00.

A assinatura do Jornal de Psicologia é feita por 4 números/ano, a partir do nº 1 de cada ano, inclusivé.

PERIODICIDADE: Trimestral (quatro números/ano).
 FOTOCOMPOSTO E IMPRESSO: Tipografia NUNES Lda., Rua D. João IV, 590 - 4000 Porto.

PROPRIETÁRIO: Grupo de Estudos e Reflexão em Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: JORNAL DE PSICOLOGIA, Rua das Taipas, 76 - 4000 Porto

DISTRIBUIDORA: Empresa de Comércio Livreiro - Rua Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

TIRAGEM: 1000 exemplares.
 LIVROS E PUBLICAÇÕES: Faremos referência a livros e outras publicações de que nos sejam enviados exemplares.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
 Nous souhaitons établir échange avec d'autres publications.
 We wish to establish exchange with other publications.

INDEXADO EM: Psychological Abstracts; Ulrich's Directory.

SUBSCRIPTION RATES:

| | Brasil/Africa | Europe | All others |
|--------------|---------------|---------|------------|
| Individual | US \$15 | US \$20 | US \$25 |
| Institutions | US \$20 | US \$25 | US \$30 |

BACK ISSUES AND BACK VOLUMES: Write to: Jornal de Psicologia, R. das Taipas, 76 - 4000 Porto, Portugal

O JORNAL DE PSICOLOGIA é uma publicação destinada à divulgação e discussão de temas e assuntos nos diferentes domínios da Psicologia e ciências afins. O seu principal objectivo consiste em encorajar e facilitar o desenvolvimento da Psicologia em Portugal, contribuindo assim para o seu avanço como ciência, como profissão e como um meio de promover o bem estar humano.

O conteúdo do JORNAL DE PSICOLOGIA abrange diferentes áreas e domínios. Para além de artigos e estudos de carácter teórico, revisões de literatura, documentos e artigos de discussão de práticas inovadoras, regularmente aparecem secções especiais. Uma secção de "Opinião" é dedicada à discussão de aspectos actuais relacionados com a prática da Psicologia, críticas, réplicas ou pequenos artigos apresentando ideias e/ou perspectivas de carácter inovador. Além disso, a secção "Entrevista com ..." visa apresentar as ideias, o trabalho e o contributo, para o desenvolvimento da Psicologia, de especialistas nacionais e estrangeiros. Secções especiais são também dedicadas a revisões e comentários a livros e outras publicações, bem como a informações de carácter geral e a notícias sobre reuniões científicas nacionais e internacionais.

EDITORIAL

**B
 OA
 S FES
 TAS E F
 ELIZ ANO
 NOVO. SÃO
 OS VOTOS DO**



A INVESTIGAÇÃO NO DOMÍNIO DAS PRISÕES E DA DELINQUÊNCIA EM PORTUGAL: PAPEL E CONTRIBUTO DA PSICOLOGIA (*)

RUI ABRUNHOSA GONÇALVES (**)

UNIVERSIDADE DO MINHO

Pretende-se apresentar uma revisão de estudos em que sejam postas em evidência a actividade científica e de investigação em torno dos problemas relacionados com a delinquência e a prisão em Portugal, acentuando sobretudo a intervenção da Psicologia em tais domínios. É referida uma maior abundância de textos relacionados com a temática da delinquência e a precaridade de investigações de carácter empírico no meio prisional. São apontadas razões, sobretudo de cariz estrutural, para o não-envolvimento dos psicólogos em tais tarefas. Note-se, contudo, nestes últimos anos, um interesse crescente da Psicologia pelo contexto prisional que só agora parece acompanhar a evolução operada além-fronteiras. No âmbito das tarefas desempenhadas pelos psicólogos a trabalhar nas prisões portuguesas, é proposto um novo quadro institucional em que a investigação, a formação e a intervenção junto do sistema prisional relance a sua função como catalizador de transformações.

INTRODUÇÃO

Qualquer investigação que se leve a cabo, seja em que domínio for, carece sempre de um posicionamento sobre aquilo que entretanto se fez (ou não se fez). É através das eventuais comparações que desse modo se possam traçar, que se traduz a importância da pesquisa. Também pode acontecer que esta se fundamente em hipóteses até aí nunca testadas e seja, nesse sentido, inovadora. Estas duas dimensões da investigação são, aliás, complementares, porque fazer avançar o conhecimento sobre um determinado tópico é, de um lado, referir o que foi já dito e escrito a seu propósito e, posteriormente, apresentar estudos que confirmem os resultados já obtidos ou então apontem para novas direcções da investigação nesse domínio. É nesse sentido que o presente artigo se enquadra, ou seja, lançar um olhar sobre o que se fez em Portugal no domínio da investigação em meio prisional e, ocasionalmente, sobre a delinquência. Ressalve-se que a pesquisa efectuada não teve como preocupação exclusiva verificar apenas os trabalhos que envolveram a participação de psicólogos, sendo nosso intuito sublinhar, de forma geral, o conjunto de estudos que, de alguma forma, procuraram ter impacto no meio prisional, quer se tratasse de profissionais de psicologia, do direito, da sociologia, da medicina

ou qualquer outra disciplina. Foi com o objectivo de fazer um levantamento alargado sobre o tema, independentemente da filiação científica dos seus autores, que elaborámos esta revisão, ainda que, como é bom de ver, estivéssemos particularmente atentos ao desempenho dos profissionais da psicologia nesta área.

Antes de referirmos os estudos a que tivémos acesso, convém desde já fazer uma chamada de atenção que diz respeito ao facto de não serem aqui mencionados os articulados legais que foram produzidos em relacionamento mais ou menos directo com a prisão, isto é, os códigos penais ou outros diplomas, decretos-lei ou portarias, que regulamentam a gestão e administração penitenciárias. A esse propósito, aliás, o livro coordenado por J. Figueiredo (1983) apresenta informação detalhada e esclarecedora sobre muitos dos aspectos legais relacionados com a prisão. O propósito que nos anima de momento é dar a conhecer, ainda que em traços largos, a actividade científica e de investigação em torno dos problemas relacionados com a prisão em Portugal, acentuando sobretudo a intervenção da Psicologia em tais domínios^(*) para, num momento final, expôr a nossa concepção da função do psicólogo em meio prisional.

A INVESTIGAÇÃO NO DOMÍNIO DAS PRISÕES E DA DELINQUÊNCIA EM PORTUGAL

A primeira constatação que poderemos emitir é a de que, do ponto de vista da Psicologia propriamente dita, pelo facto do seu ensino enquanto curso superior só ter sido introduzido de forma sistemática, no nosso país, a partir da década de sessenta — com a criação do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, em Lisboa — não há, por conseguinte, um quadro institucional que facilite o aparecimento de profissionais dessa área, com interesses específicos, aplicado ao domínio pe-

(*) Uma primeira versão deste artigo constituiu uma comunicação nas 1.ªs Jornadas de Desvio e Marginalidade e Reinserção Social de Coimbra, 21-23 de Fevereiro de 1991, Coimbra.

(**) Assistente e Membro do Serviço de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano da Universidade do Minho.

A correspondência referente a este artigo deverá ser enviada para: Rui Abrunhosa Gonçalves, Serviço de Consulta Psicológica e Desenvolvimento Humano, Instituto de Educação, Universidade do Minho, Rua Abade da Loureira, 4700 BRAGA.

nitenciário e/ou da delinquência. Na segunda metade da década de setenta são criados os Cursos Superiores de Psicologia de Lisboa, Porto e Coimbra (depois rebaptizados de Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação) que só no início da década seguinte produzirão os primeiros licenciados. Todavia, as grandes áreas de especialização previstas nos planos de estudo não contemplavam ainda qualquer referência às ligações entre a Psicologia e a Delinquência ou a Criminologia. Só bem recentemente⁽²⁾ e por reformulação do plano de estudos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação do Porto, é criada uma especialização na área do Comportamento Desviante, de que é mentor o Prof. Cândido da Agra (cf., Agra, 1986 c), e que assim abre o caminho ao estudo e investigação sobre objectos do saber que, até aí, eram domínio, praticamente exclusivo, dos meios médicos e psiquiátricos, além do direito, evidentemente.

Esta singularidade de ter sido no Porto que a Psicologia se reencontra com os problemas da antissocialidade, é sobretudo significativa por ter igualmente sido nesta cidade que, por iniciativa do Prof. Luís Viegas (cf., Pina, 1939), é criada em 1918 a "Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto" enquanto repartição autónoma do Instituto de Medicina Legal (Decreto 5023 de Dezembro de 1918)⁽³⁾. Estávamos então no período de franca expansão das teorias antropológicas e a introdução no nosso país dos métodos contemporâneos de estudo do crime nas suas múltiplas facetas com o recurso à Psicologia, então ciência nascente, testemunhou a clarividência dos investigadores da época, todos eles provenientes da medicina, mas interessados pelo estudo da criminalidade. Entre estes parecem importante destacar Ferraz de Macedo, o primeiro a publicar uma obra sob os auspícios da antropologia criminal em 1900, enquanto que A. Luiz Lopes se debruçara já sobre a estatística do crime, publicando em 1897 um estudo sobre a criminalidade entre os anos 1891 e 1895 e, sobretudo, o trabalho pioneiro de inspiração lombrosiana que constituiu a tese de doutoramento do Prof. Roberto Frias, no Porto, intitulada "O crime (apontamentos para a systematização da criminalidade)" em 1880⁽⁴⁾. Também na cidade do Porto surge a primeira revista ligada à temática da criminologia — a Revista de Antropologia Criminal — co-dirigida pelo Prof. Luiz Viegas e pelo então Procurador do Rei no Porto, Ferreira Augusto, que embora de duração efémera — surge em 1902 e só foram publicados dois fascículos — demonstra o inequívoco interesse suscitado por estas matérias.

A Reforma Prisional ocorrida em Maio de 1936 irá impôr uma nova dinâmica aos Institutos de Criminologia, nomeadamente o do Porto onde pontifica desde então o Prof. Luiz de Pina, cuja extensa bibliografia, atesta o mérito de investigador, prolongado por várias décadas (e. g., Pina, 1939; 1957; 1960; 1966). Existia então como revista directamente vocacionada para os assuntos em questão, o Boletim dos Institutos de Criminologia, que substituiu a partir de 1936 o desaparecido "Arquivo da Repartição de Antropologia Criminal, Psicologia Experimental e Identificação Civil do Porto", e que, por sua vez, originaria a partir de 1957 o Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia que, à razão de dois números/ano, vigorará com persistência até fins da década de setenta/início da década de oitenta. Esta revista, aliás, reúne os primeiros escritos relacionados com: 1) a temática prisional e o tratamento penitenciário (e. g., Cannat, 1958 a e b; Cavadas,

1959; Faria, 1960; Lopes, 1959; 1961; 1963; Pinto, 1969; Yerro, 1969); 2) a delinquência, a criminalidade e respectivas classificações (e. g., Belo, 1962; Dupréel, 1959; Faria, 1959; Leitão, 1960; Maldonado, 1968; Meira, 1963; Oliveira, 1961; Pinto, 1960); 3) a aplicação de testes psicológicos ao domínio da delinquência/criminalidade (e. g., Carvalho, 1960 a e b; Moura, 1968)⁽⁵⁾; e, 4) sobretudo, os excelentes trabalhos sobre estatística criminal e prognose de reincidência da autoria de Almeida (1965; 1967; 1969; 1971 a, b e c). Por aqui podemos concluir do interesse que tais temas suscitavam junto das pessoas e meios a eles directamente ligados e, não obstante as investigações serem da autoria, quase sempre, de indivíduos com formação na área do direito ou em medicina — a Psicologia era praticamente inexistente entre nós — não pode deixar de ser dado o necessário relevo e o reconhecido mérito de tais empreendimentos. A este propósito relembre-se que o trabalho realizado no nosso país não passou despercebido aos olhos de Pinatel (1975) que no seu Tratado de Criminologia faz referência aos estudos de Almeida (p. 54), de Mendes Correia (p. 298) e Meira (p. 555).

Esta pujança científica foi-se diluindo nos finais da década de 70, culminando mesmo com o fim da revista que lhe servia de suporte. Aparentemente, parecem ter faltado os continuadores dos projectos ou, provavelmente, os temas de estudo foram-se exaurindo e novos temas não fizeram a sua aparição. Os próprios Institutos de Criminologia mergulharam, por seu turno, em lenta agonia da qual parecem ainda não ter saído, maugrado os apelos feitos nesse sentido (Braz, 1984; Hespanhol, 1983) e o trabalho que continua a ser desenvolvido, com muito mérito, por alguns dos seus técnicos⁽⁶⁾.

Com o fim do Boletim cria-se um vácuo na publicação nesta área que só em 1988 terá justo substituto através da revista "Temas Penitenciários", publicada semestralmente pela Direcção Geral dos Serviços Prisionais e que na Nota de Abertura do primeiro número anuncia o claro propósito de mostrar, através das suas páginas, "o renovado alento que anima os Serviços". E diga-se de verdade que, globalmente, esse propósito foi atingido e nos quatro números até agora publicados começam a aparecer, com consistência, os primeiros trabalhos dos psicólogos recém-chegados às prisões.

Mas recuemos um pouco, por que já havia trabalhos de psicólogos ligados ao meio prisional escritos noutras revistas. O primeiro de que temos conhecimento foi mesmo publicado num dos números terminais do B. A. P. I. C., o nº 34 do primeiro semestre de 1979 e assina-o A. Miguel Alves então Educador dos Serviços Prisionais. O título — "Teoria/terapia comportamental e instituição prisional" — sugere a correspondência conceptual entre o modelo comportamentalista e a dinâmica prisional e, de facto, por aí se fica. Um outro artigo deste autor, também de cariz teórico, aparecerá mais tarde num número temático da revista "Psicologia" abordando os aspectos da violência nas instituições prisionais (Alves, 1981). São trabalhos em que, claramente, a investigação e a intervenção propriamente ditas, cedem lugar à reflexão teórica, como que testemunhando o nosso (ainda) parco saber sobre as coisas da prisão.

Outras duas revistas⁽⁷⁾, porém, haviam já surgido situando-se no mesmo quadrante mas com enfoques específicos. Trata-se da *Infância e Juventude* (revista da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores) e da *Revista de Investigação Criminal* da responsabilidade da Polícia Judiciária do

Porto. A primeira, como é bom de ver, preocupa-se essencialmente com a problemática dos menores delinquentes mas têm lá surgido igualmente trabalhos relacionados com o âmbito prisional (cf., por exemplo, Snacken, 1986). De referir, entre as várias prestações de psicólogos ao longo das suas páginas, o artigo de Ortigão (1985) que, a exemplo do texto de Alves (1979), procura estabelecer as bases da compreensão da inadaptabilidade social segundo um modelo cognitivo-comportamental. Uma menção especial para o nº 2/85, inteiramente dedicado à problemática da delinquência e onde destacaríamos as contribuições de Soczka (1985) e Vala (1985). Por seu lado, a Revista de Investigação Criminal, de periodicidade trimestral e nascida em 1980, pretende constituir-se como um espaço literário onde artigos de carácter mais científico ombreiam com textos de opinião e curiosidades várias. Nesta revista têm aparecido, sobretudo, artigos do Prof. Pinto da Costa (Director do Instituto de Medicina Legal do Porto) mas já lá se estreamam alguns psicólogos (cf. nº 21/86) sem que, todavia, abordem aspectos relacionados com a temática prisional.

Depois do que acabámos de escrever é lícito pensar que o painel de participação dos psicólogos na área da delinquência/criminalidade/prisões foi, mesmo nos anos que sucederam à criação das três licenciaturas, muito pouco animador. Um lugar de destaque deve ser dado, contudo, ao número temático da *Análise Psicológica* (nº 3/4 - série IV) surgido em 1986 cujo título, "Psicologia e Direito", dá o mote para um conjunto de textos em que psicólogos nacionais e estrangeiros, a par com juristas, conjugam esforços e saberes, promovendo a interdisciplinaridade numa tarefa que, até aí e entre nós, não conhecera qualquer tentativa ou ensaio. Nesse número, dois artigos há que, quanto a nós, merecem destaque — o de Agra (1986 c) e o de Lúcio (1986)⁽⁸⁾ — que provindo das duas fontes do saber em questão — a Psicologia e o Direito, respectivamente — afirmam inequivocamente a complementaridade dos domínios e justificam o intercâmbio e investigação nos vários objectos de estudo que analisam. Nesse mesmo ano, Agra (1986 b) havia já produzido um artigo em que conceptualizava fenómenos adolescenciais, comportamento desviante e auto-organizado no seio de um modelo teórico que designara anteriormente de Psicologia Epistemanalítica (Agra, 1986 a).

Abra-se aqui um parêntesis para referir que o ano de 1986 foi particularmente rico no que toca ao incremento das relações entre a Psicologia, o Direito e a Administração Prisional Portuguesa. Com efeito, é neste ano que são criados vários postos de trabalho — para a categoria de Técnico de Educação — nas prisões portuguesas, para indivíduos com formação académica na área das ciências humanas (cf., Gonçalves, 1989 b).

Paralelamente, em Outubro do mesmo ano, abre na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade do Porto a Pós-Graduação e o Mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante. Estavam assim criadas, aparentemente, as condições facilitadoras para a implementação de uma intervenção psicológica em meio prisional a que se aliavam as vertentes da formação e da investigação. Finalmente, relembre-se que o Instituto de Reinserção Social começara já, por seu turno, a dar emprego a vários psicólogos, sobretudo, para a função de Técnico de Reinserção Social. Cabe todavia à Direcção Geral dos Serviços Tutelares de Menores o mérito do pioneirismo nesta área, sendo inclusivé o único organismo de

carácter oficial a possuir uma carreira com a designação funcional de "Psicólogo".

No domínio das monografias não foi possível encontrar qualquer referência ao trabalho de psicólogos portugueses na área específica das prisões. Refira-se, todavia, um trabalho que constitui uma dissertação de Mestrado em Educação na Universidade do Minho (Leite, 1989), intitulado "Escola na Prisão — Dupla disciplinação? Libertação. Autora, que não é psicóloga procura situar o papel da escola em meio prisional, ficando porém, quanto a nós, por precisar o enquadramento disciplinar em que se situa a sua reflexão.

No que toca à delinquência e ao comportamento desviante em geral é visível, nos últimos anos, o renascer do interesse por tais temas, não só pelo impulso dado pelo Centro de Psicologia do Comportamento Desviante da F. P. C. E. - U. P., mas também por iniciativas mais ou menos isoladas, mas conducentes todavia ao estudo, compreensão e explicação deste fenómeno entre nós. Assim é, que destacaríamos três livros. No primeiro, editado em 1983 pelo Instituto de Reinserção Social e cuja coordenação ficou a cargo de J. Figueiredo, para além dos vários artigos onde são confrontados os problemas da delinquência, da justiça penal e da prisão, é possível colher uma vasta gama de informações históricas e actuais como, por exemplo, a legislação produzida nesses domínios. Em relação ao estudo da prisão, são particularmente relevantes, para além das informações colhidas pelo próprio J. Figueiredo (1983), os artigos/capítulos da autoria de Beleza (1983), Rocha (1983) e Seabra (1983). Escritos de psicólogos não aparecem ainda.

O livro de João Fatela (1989), psicólogo e doutorado em antropologia e actualmente a residir em França onde dirige um centro de recuperação para toxicodépendentes, constitui um importante contributo para a compreensão da criminalidade em Portugal, ainda que o enfoque se situe, claramente, na perspectiva antropológica/sociológica. O conjunto de referências a que a obra dá acesso representa, na nossa óptica, um dos aspectos de maior interesse, apesar de o privilégio ser dado à "evolução histórica da violência" em Portugal e não se trate, evidentemente, de uma investigação no domínio da psicologia. Ainda versando a temática da violência, são de destacar a anterior existência de duas teses de doutoramento em Psicologia, uma sobre a sua "construção social" (Monteiro, 1984) e outra sobre a sua "produção social" (Vala, 1984).

Simultaneamente ao anterior, é editado entre nós o livro de M. Maia (1989), de há muito funcionário dos Serviços Prisionais na qualidade de Técnico de Educação, tendo já exercido funções no Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira, no Estabelecimento Prisional do Porto (Custóias) e, actualmente a prestar serviço, no Estabelecimento Prisional de Stª Cruz do Bispo. Trata-se efectivamente de um acontecimento importante tanto mais que alia, numa certa prosa romanceada, alguns aspectos da vida prisional relacionados sobretudo com a frequência e aprendizagem de actividades (cursos de fotografia, artesanato, leituras, ...) do pessoal recolhido. A obra é ainda completada pelos contributos de vários autores que abordam o fenómeno da delinquência segundo outros tantos enfoques (psiquiátrico, psicológico, jurídico, ético, antropológico, ...) além da perspectiva do próprio M. Maia, com o objectivo englobante de

"tentar dar à delinquência um tratamento técnico-

científico" (p. 20).

Não é seguramente um objectivo fácil de atingir, tanto mais que falta provavelmente uma perspectiva de síntese a todo o conjunto de dimensões da delinquência abordadas, mas não se pode deixar de louvar o mérito do autor que, sendo funcionário dos Serviços Prisionais Portugueses, ousou romper com uma barreira de silêncio em torno de um tema que, não obstante pertencer à prática de tantos como ele, carecia de uma reflexão proveniente dessa mesma prática e efectuada por quem a vive quotidianamente.

PROGRESSOS RECENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Conforme se depreende do que foi dito, o final da década de oitenta fazia prever um aumento considerável do interesse pela temática da delinquência e das prisões, por parte dos psicólogos portugueses. Parece pois que, gradualmente, começavam a surgir aqui e ali vários focos detonadores de um movimento que, finalmente, procurava acertar o passo com o que é feito noutros países.

De facto e abrindo aqui um parêntesis, a realidade além fronteiras neste domínio é bem diferente da nossa a começar já pela vizinha Espanha. Clemente Diaz (1986), ao fazer uma revisão sobre a investigação/intervenção da psicologia na área legal, assinala o alargamento que este domínio tem vindo a revelar nos últimos anos particularmente nos países de expressão anglo-americana. Nestes, para além da existência de revistas especializadas — e.g., "Criminology", "British Journal of Criminology" na Inglaterra, o "Journal of Prison & Jail Health" nos E.U.A., o "Forum on Correction Research", no Canadá — ou ainda do aparecimento de artigos referentes a esta temática em prestigiadas revistas da área da Psicologia Social como o "Journal of Personality and Social Psychology" ou o "Journal of Social Issues", destacam-se ainda números temáticos de que é exemplo o nº 2/83 do "The Counseling Psychologist". Finalmente, refira-se a existência da Divisão nº 41 da American Psychological Association sob o intitulado "Psychology in Law" e igualmente dentro da British Psychological Society uma divisão que dá pelo nome de "Criminological and Legal Psychology". Um lugar de destaque deve ainda ser dado, no panorama europeu, à Bélgica pela importância da sua escola de criminologia e a tradição modelar do seu sistema penitenciário (cf., Gonçalves, 1991).

A década de noventa parece vir consolidar o interesse despertado por estas questões no seio da Psicologia portuguesa, não só ao nível da produção científica como ainda no contexto institucional de formação académica dos seus profissionais. Assinalemos pois os principais pontos de referência desta expansão.

Em primeiro lugar, saliente-se a crescente "sedentarização" de psicólogos a trabalhar nos sistemas jurídico-penal português, desde as instituições de menores às prisões — onde coabitam técnicos com formação psicológica oriundos da Direcção Geral dos Serviços Prisionais (9) e do Instituto de Reinserção Social (I.R.S.) — havendo ainda a referir as equipas não-institucionais do I. R. S. que prestam apoio aos Tribunais. Uma contabilização exacta do número de psicólogos nestas

instituições não é para já possível, mas poderíamos adiantar que se cifra em várias dezenas. Note-se, contudo, que neste particular, a Associação dos Psicólogos Portugueses dando-se conta do progressivo alargamento e entrada de psicólogos para a área da justiça, em Portugal, criou já uma Divisão destinada a congregar os seus interesses específicos e a que deu o nome de "Psicologia, Acção Social e Justiça".

Em segundo lugar, regista-se a realização da primeira tese de mestrado em Psicologia do Comportamento Desviante na F.P.C.E. - U.P. relativa à temática prisional (Gonçalves, 1990 b), onde para além do necessário referente teórico se avança para um estudo de campo sobre a adaptação à prisão. No domínio da delinquência e em especial da toxicoddependência, destacaríamos o estudo que constituiu as Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica do Dr. José Luis Fernandes, membro do Centro de Psicologia do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (Fernandes, 1990). Já em 1991, surge nos escaparates uma nova revista — a "Revista Portuguesa de Ciência Criminal" — dirigida pelo Prof. Doutor Figueiredo Dias.

Ao nível da realização de reuniões científicas afectas à temática da delinquência e das prisões, salientáramos as 1^{as} Jornadas de Desvio e Marginalidade e Reinserção Social (Coimbra, Fevereiro de 1991) e o II Encontro Nacional sobre Saúde Mental em Ambiente Prisional (Lisboa, Abril de 1991), que procura fazer o ponto da situação sobre as actividades da Clínica de Psiquiatria e Saúde Mental da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, criada em 1988 sob o impulso do Prof. Eduardo Cortesão e do actual Director Geral dos Serviços Prisionais Dr. Fernando Duarte. O periódico "Notícias Médicas" (Suplemento nº 1963 e 1965 de Março de 1991) faz eco do modelo terapêutico da clínica continuando no ar a expectativa dos seus resultados.

Por último, salientáramos a criação e arranque, no ano lectivo 1991-1992, da licenciatura em Psicologia na Universidade do Minho com uma área de pré-especialização designada "Psicologia da Justiça e Reinserção Social" e a abertura no Instituto Superior de Psicologia Aplicada de uma Pós-Graduação em "Psicologia Legal".

Os quatro pontos que acabámos de sintetizar, reflectem bem o significativo avanço que o estudo, compreensão e intervenção sobre a delinquência e o meio prisional sofreram neste início de década em Portugal. A implicação dos psicólogos em tais tarefas parece inquestionável, senão mesmo imprescindível. Daí a necessidade de uma reflexão adequada sobre o seu papel na prisão.

O PAPEL DO PSICÓLOGO EM MEIO PRISIONAL

Quando em Abril de 1986 iniciámos o trabalho na prisão trazíamos algumas expectativas e poucas ou nenhuma ilusões. Confrontados com o dia-a-dia prisional começámos a "deixar cair" algumas ideias que pensávamos pôr em prática. Não abdicámos contudo da vontade de querer compreender melhor o que se passava à nossa volta e, sobretudo, tentar valorizar a postura do psicólogo em ambiente prisional, através de um contínuo repensar da nossa prática e da adopção de um modelo de atendimento e intervenção junto do pessoal recluso.

Os trabalhos que de então para cá produzimos nesse âmbito (e.g., Gonçalves, 1988; 1989 a e c; 1990 b; Gonçalves & Vieira, 1989) (10) procuram aprofundar e consolidar os aspectos práticos integrando-os numa perspectiva teórica cujo fim último é estabelecer um enquadramento adequado à função do psicólogo em ambiente prisional (cf., Gonçalves, 1990 b).

A conceptualização que doravante exporemos é — convém frizá-lo — adequada ao psicólogo/funcionário dos Serviços Prisionais e não aos profissionais de Psicologia que estão vinculados ao Instituto de Reinserção Social. Quanto a estes e dada a dificuldade em cernir o seu próprio conteúdo funcional — uma vez que podem trabalhar nas prisões ou em equipas não-institucionais de apoio aos tribunais — e executam tarefas que vão desde a emissão de pareceres com vista à formulação de um juízo sobre um arguido ou sobre indivíduos em cumprimento de pena até ao acompanhamento de ex-reclusos em situação de liberdade condicional, parece-nos

importante e necessária uma reflexão oriunda desses mesmos profissionais. Artigos como os de Carney (1983), de Lurigio e Carroll (1985) e bem mais recentemente de Lalande (1990), podem funcionar como o contraponto necessário do que se faz além-fronteiras em contextos institucionais semelhantes.

Salvaguardada esta diferença de funcionamento, debruçemo-nos sobre a confrontação entre os Quadros 1 e 2 que se referem, respectivamente, às "funções do psicólogo em meio prisional", e às "funções do técnico de educação". O Quadro 1 assinala o conteúdo funcional do psicólogo em ambiente prisional e como se pode ver, desde as formulações iniciais até às mais recentes, o papel profissional vai-se complexificando cada vez mais.

Temos assim que as primeiras formulações (Brodsky, 1973; Ivey, 1974) vêem no psicólogo que trabalha na prisão um terapeuta, em todos os sentidos semelhante ao que existe noutros contextos relacionais onde a sua intervenção é solicita-

| FUNÇÕES DO PSICÓLOGO EM AMBIENTE PRISIONAL | |
|--------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Brodsky, 1973: | <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação - Tratamento - Treino - Consulta - Investigação |
| Ivey, 1974: | <ul style="list-style-type: none"> - Agente de mudança - Viabilizador de recursos - Terapeuta no sentido tradicional |
| Scharf, Didinger & Vogel, 1983: | <ul style="list-style-type: none"> - Mudança de atitudes/comportamentos/crenças nos reclusos ou no pessoal da instituição - Ajuda na prevenção de reincidência - Evitar que o recluso se envolva em conflitos internos - Manter informada a Direcção e a vigilância sobre as actividades e relações que o recluso estabelece - Avaliação e encaminhamento interno dos reclusos |
| McMurrin & Shapland, 1989: | <ul style="list-style-type: none"> - Influenciar ou modificar aspectos do regime prisional do estabelecimento - Participação nas tomadas de decisão relativas à orientação interna dos reclusos - Treino de competências sociais de promoção da auto-imagem dos reclusos - Treino do controle de comportamentos agressivos - Treino de competências sociais com reclusos condenados por crimes sexuais - Elaboração de manuais/programas de auto-controle para ex-reclusos - Consultadoria e formação do pessoal administrativo do estabelecimento - Introdução de programas de saúde ocupacional para reduzir o stress no pessoal administrativo - Investigação |

Quadro 1 - Funções do Psicólogo em ambiente prisional segundo vários autores

da. Uma década depois, nota-se já a importância do contexto prisional como determinante da prática do psicólogo aparecendo então a noção de "conselheiro de crises" e, sobretudo, a sua duplicidade enquanto transformador institucional mas, igualmente, como membro do staff (Scharf, Didinger & Vogel, 1973). Finalmente, a concepção mais actual (McMurran & Shapland, 1989) amplia o papel do psicólogo não só como agente transformador interno (dos reclusos, dos guardas, do pessoal administrativo e da instituição em geral) como ainda acometendo-lhe funções de intervenção na vida pós-prisional. Tal formulação, se bem que correcta do nosso ponto de vista assume, em muitos casos, proporções gigantescas, exigindo então um considerável aumento de profissionais nesta área de intervenção social.

No actual contexto prisional português, o problema assume ainda foros de maior importância, porquanto é sabido que a existência de psicólogos enquanto tais não está institucionalizada (cf., Gonçalves, 1989 c; Tomé & Gonçalves, 1989) e daí que, se ficou claro que a função do psicólogo/conselheiro em ambiente prisional está eivada de dificuldades, o facto de se ser simultaneamente psicólogo e técnico de educação em nada contribui para atenuar tais inquietações. De facto, tal como se pode verificar pela consulta do Quadro 2, é variado o leque funcional que é atribuído ao Técnico de Educação sendo de salientar que se algumas das alíneas podem requerer ou, pelo menos beneficiar, com uma formação psicológica, outras há em que aquela não terá qualquer utilidade prática ou científica, porquanto se trata de tarefas de carácter manifestamente burocrático (assistência nas visitas, supervisionar a correspondência) ou próximas da animação de tempos livres (organizar bibliotecas e dinamizar reuniões ou acontecimentos de cariz cultural/desportivo).

Em nosso entender, bastaria a função "acompanhar o recluso em todos os momentos da execução da pena" para chegar e sobrar para definir o trabalho do técnico de educação, tanto mais quanto a proporção técnicos de educação/efectivo de reclusos tem vindo a sofrer um considerável desequilíbrio. Assim, e a título de exemplo, referiríamos que no final de 1987 para um efectivo de 8175 reclusos nas prisões portuguesas

existia um total de 238 elementos pertencentes aos quadros superiores e técnicos, enquanto que no ano seguinte e com um efectivo de reclusos sensivelmente semelhante (8150), o efectivo de pessoal técnico e técnico superior cifrava-se em 160 elementos (cf. Mapas Estatísticos in Temas Penitenciários nºs 1/88, p. 61 e 1/89, p. 61). Perante esta situação e dada a disparidade existente na formação académica e profissional "coberta" pela função do "educador"⁽¹¹⁾ (licenciaturas em história, psicologia, serviço social, sociologia, etc.), urge dar um sentido único e englobante à sua postura no meio prisional, com vista a uma melhor rentabilização do seu potencial. Nesse sentido, está em curso um estudo que pretende fazer o levantamento das funções desempenhadas pelos vários educadores dos estabelecimentos prisionais portugueses, em ordem à sua caracterização e a uma adequada proposta de formação para o desempenho (cf., Gonçalves, Tomé & Vieira, em preparação). Sobretudo, pretende-se a sua dignificação como elemento preponderante em toda a dinâmica do sistema prisional. Especificamente, e tendo em atenção o grupo dos psicólogos a trabalhar em meio prisional, algumas achegas podem, contudo, desde já serem feitas. Assim sendo, e tal como referem Whiteley e Hosford (1983), o psicólogo que trabalha no sistema prisional ou em ambientes similares acaba necessariamente como sendo um "faz-tudo" a quem imputam sucessos mas também fracassos. Todavia, e estes autores sublinham-no,

"talvez não haja outra área ou especialidade em psicologia que proporcione ao profissional mais oportunidades para o desafio, confirmações, frustrações e puro risco físico" (p. 32).

Sendo certo que a maioria dos programas e intervenções referenciadas na literatura não produziram os efeitos esperados ao nível da prevenção da reincidência (e.g., Bartollas & Miller, 1978; Farrington, 1984; Kassebaum, Ward & Wilner, 1971), isso não basta para condenar os esforços que têm sido feitos nesse sentido. Não nos podemos esquecer que nos encontramos no domínio da prevenção terciária que combina um processo de exclusão com um processo de estigmatização,

- Dar pareceres legalmente exigidos ou superiormente solicitados, designadamente no caso das saídas precárias prolongadas e liberdades condicionais;
- Colaborar com os serviços de vigilância e com o Instituto de Reinserção Social no acolhimento do recluso e na elaboração de planos de adaptação;
- Acompanhar o recluso em todos os momentos da execução da pena;
- Organizar e dinamizar reuniões com os reclusos por forma a promover o seu nível socio-cultural;
- Incentivar e implementar a audição/visualização de programas/filmes/acontecimentos culturais;
- Manter os reclusos ao par dos acontecimentos sociais facultando-lhes os meios de informação escrita, falada e televisiva;
- Organizar, manter e dinamizar bibliotecas;
- Colaborar com os sectores responsáveis pela colocação e distribuição dos reclusos pelos sectores laborais no sentido de, tanto quanto possível, promover uma adaptação com êxito do recluso ao seu posto de trabalho;
- Prestar assistência nas visitas e supervisionar a correspondência dos reclusos;
- Dar parecer sobre a aplicação de sanções disciplinares e estabelecer todo o tipo de colaboração com outros organismos, nomeadamente o I. R. S. na preparação das Saídas Precárias Prolongadas e após o seu regresso;
- Etc.

Quadro 2 - Funções do Técnico de Educação

conforme refere Lefebvre (cf., Gonçalves, 1990 a). Por outro lado, e como notam Scharf, Didinger e Vogel (1983), o psicólogo a trabalhar em ambiente prisional é particularmente afectado pelo dilema de servir o cliente (preocupando-se com o seu "crescimento", os seus valores e os seus objectivos) e obedecer aos códigos literais e simbólicos da administração do estabelecimento. Como conciliar, por exemplo, a confidencialidade que deve assumir qualquer relação terapêutica se aquilo que o recluso nos relata está a violar as normas institucionais? E, além disso, como fazer passar a ideia de que o envolvimento em práticas "subterrâneas" (formação de grupos de pressão; interiorização do calão prisional; etc.) é contra produtor, quando muitas das vezes essa é a única forma de "sobreviver" na prisão? No limite, encontramos-nos perante o paradoxo que é promover no recluso competências de auto-confiança e autonomia que lhe permitam, no futuro, enfrentar com um mínimo de hipóteses de sucesso a vida em liberdade, enquanto que, no presente, é necessário que ele interiorize as normas e regulamentos da instituição em que está internado. Numa palavra, trata-se de promover a adaptação de um indivíduo a um ambiente que, por definição, é repressivo e hostil a qualquer manifestação de iniciativa própria ou autonomia.

A resposta a esta questão passa, quanto a nós, por dois vectores fundamentais. Um, de cariz organizacional/institucional, que apresenta a prisão como um sistema aberto e inserido na comunidade social onde está implantada. Esta formulação repousa numa concepção de prisão em termos sistémicos e ecologico-ambientais, sendo, por um lado, valorizado o aspecto dinâmico e interrelacional (prisão ↔ comunidade) e, por outro lado, acentua-se o carácter físico e sobretudo o espaço arquitectónico como potenciadores de comportamentos de ajuste ou desajuste emocional ao ambiente prisional. A ideia é a de que a prisão não pode ser mais vista como local de isolamento e exclusão mas sim como uma entidade transformadora de matérias-primas tradicionais (madeira, cortumes, etc) mas e sobretudo da "matéria humana" que constituem os reclusos (cf., Gonçalves, 1989 a). O segundo vector, assume a necessidade de uma intervenção realista, junto do recluso, no "aqui e agora", num processo que evita o descartamento sucessivo de competências — isto é, fazer passar o problema do recluso da instância administrativa em instância administrativa num adiar permanente da sua resolução — e que procura promover no detido a interiorização de dois aspectos fundamentais: 1) que ele é o principal actor na presente situação e, 2) que o processo adaptativo a que deve submeter-se deverá constituir o seu modo de sobrevivência e, ao mesmo tempo, de modificação intra-muros se fôr esse, realmente, o seu desejo. Esta conceptualização, designada pela dupla asserção "Educar e Punir" (Gonçalves, 1989 c), resume assim um modelo de intervenção em que é patente, por um lado, a compreensão do indivíduo recluso como um ser produzido a partir de uma história de vida particular em que o acto delituoso tanto pode constituir algo de esporádico como representar, de facto, uma forma de estar na sociedade mas, e simultaneamente, a necessidade de trabalhar no momento presente da reclusão. Há uma componente punitiva, mas há também a vontade de compreender o outro no seu evoluir histórico e, "aqui e agora", devolvê-lo à sua dimensão real de alguém que também tem direito a ser escutado. A implementação deste modelo não é, obviamente, fácil. Em primeiro lugar há que ser mais psicólogos e menos técnicos de educação.

Trata-se, sobretudo, de oferecer mais serviços técnico-científicos do que tarefas administrativas e de apoio perfeitamente ao alcance de qualquer indivíduo não-especializado. Depois, convém considerar as necessidades imediatas da população reclusa. Na prisão, ninguém quer fazer reestruturas mais ou menos profundas da sua personalidade. Basta prover conforto psicológico e uma adaptação — processo, que evolua no sentido de um equilíbrio entre as normas de estabelecimento, as características da personalidade do recluso, a sua história pessoal, o crime cometido e a pena em que foi condenado. Lefebvre (cf., Gonçalves, 1990 a), referindo a sua própria experiência no contexto prisional belga, acentua sobretudo a necessidade do trabalho do psicólogo não se encaminhar no sentido do totalizante, isto é, contribuir, através de diagnósticos, testes, entrevistas e outros procedimentos, para um melhor conhecimento do recluso em ordem a melhor gerir o seu desvio. Por outro lado, assinala a importância do estabelecimento de uma relação com o recluso tendo presente que essa relação psicológica assume o carácter de um

"lugar de segredo dentro de um lugar de segredo" (p. 25).

Finalmente, torna-se necessário a implicação da população vigilante através de uma reestruturação do seu papel na prisão, abandonando a postura tradicional do "carcereiro" (e.g., De Waele & Depreeuw, 1985).

Enquadradas estas perspectivas no contrato que se estabelece com a instituição, a função do psicólogo pode assim assumir um valor real, como catalizador de transformações na prisão e nos seus actores e não como agente normalizador⁽¹²⁾. Não é pois uma função límpida e uma prática isenta de contradições e de riscos como já foi sublinhado. Mas é, seguramente, muito motivante.

CONCLUSÃO

Na introdução a um trabalho recentemente concluído (Gonçalves, 1990 b) e ao referir a pouca contribuição da Psicologia para o estudo, compreensão e intervenção sobre o meio prisional escrevemos a dado passo:

"Em Portugal ... os erros cometidos no domínio da intervenção psicológica na prisão têm, para já, uma única causa: são erros por omissão, porque até agora não existiu projecto coerente que se conheça, com resultados ou mesmo sem eles, que testemunhe um esforço por parte da Psicologia e dos seus profissionais, através do seu saber ou do seu saber fazer de intervir no contexto prisional" (p. 15).

E logo adiante se alerta para o facto de que qualquer abordagem nesse domínio deve ser feita, antes de mais, sob o signo da prudência.

O presente artigo, ao traçar a panorâmica do que se fez em Portugal na área do estudo da delinquência e do contexto prisional, privilegiando o enfoque da Psicologia, procura fazer o ponto da situação actual e, a partir daí, avançar algumas pistas para um efectivo empenhamento dos psicólogos portugueses que prestam o seu contributo nesses domínios. Assim, se por um lado se constata a reduzida dimensão da nossa produção em comparação com a de outros profissionais, é visível, sobretudo

a partir de finais da década de oitenta, um considerável aumento da mesma (e. g., Fatela, 1989; Gonçalves, 1988, 1989 a, b, c; Gonçalves & Vieira, 1989; Pereira & Costa, 1989; Poças, 1988, 1989; Soares, 1989; Tomé & Gonçalves, 1989; Vala, 1985), que se estende já pelos anos noventa (Gonçalves, 1990 b). É curioso verificar que um artigo bastante recente (Faugeron, 1991), que faz o balanço da investigação na área penal durante a década de oitenta em França, sejam referenciados mais de três centenas de trabalhos distribuídos pela sociologia, ciências políticas, economia, etnologia, antropologia e história, mas onde, sintomaticamente, a Psicologia continua a primar pela sua ausência. Será isto sinal de que as prisões, o sistema jurídico-penal e por extensão a delinquência, passam bem sem o nosso contributo? Ou então será que por via dos resultados desse contributo (cf., Gonçalves, 1990 b) é desejável e necessário um repensar crítico dos moldes em que se desenrolou e dos objectivos que perseguiu?

É crível que os fracassos resultantes da intervenção dos psicólogos nas prisões, provenham efectivamente de uma certa falta de bom senso e, sobretudo, da irrefreável vontade de intervir, a qualquer preço e em qualquer lugar, para tudo compreender e tudo poder explicar. Em Portugal, estamos pelo menos a tempo de não cometer erros semelhantes aos ocorridos noutros países. Porque, como Menninger bem referiu,

"os prisioneiros são indivíduos. Uns querem tratamento, outros não. Alguns não sabem o que é o tratamento" (1969, p. 262).

É esta distinção que, mais do que qualquer outra, o psicólogo a trabalhar em meio prisional, deve ser capaz de fazer. Afinal, como em qualquer outro contexto, a informação deve preceder a formação.

NOTAS

(1) Desta forma, ficaram deliberadamente de lado textos de inegável importância e oriundos sobretudo da grande escola de Direito Penal Português que é a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde pontifica o nome do Prof. Doutor Figueiredo Dias, mas cuja menção aqui correria o risco de ser despropositada. Numerosas e importantes referências a esse respeito podem contudo ser obtidas em Fatela (1989) e Figueiredo *et al.* (1983).

(2) O Centro de Psicologia do Comportamento Desviante é criado em 1984, sendo o plano de estudos do Curso de Psicologia do Porto reformulado no ano seguinte.

(3) Trata-se da primeira menção oficial portuguesa em que a Psicologia aparece claramente relacionada com os problemas da criminalidade.

(4) Informações mais detalhadas e alongadas sobre os primórdios da investigação em torno destes temas no nosso país poderão ser encontrados em Pina (1939, 1960, 1966) e Hespanhol (1983).

(5) Outros exemplos poderão ser colhidos em Pina (1960), que faz uma resenha bibliográfica dos trabalhos efectuados no âmbito da criminologia e temas afins, no Instituto de Criminologia do Porto.

(6) Referimo-nos, particularmente, a Helena Parada Coelho e Maria Rosa L. Crucho de Almeida.

(7) Deixamos aqui de lado revistas como o "Boletim do Ministério da Justiça" ou, mais recentemente, a "Direito e Sociedade" onde, no primeiro caso é reproduzida a legislação referente à matéria

prisonal com contributos dos magistrados e, no segundo caso, aparecem ocasionalmente referências/artigos relacionados com o âmbito da prisão (cf., por exemplo, o nº 2/86 onde M. Rosa Crucho de Almeida apresenta um estudo sobre "A evolução das penas entre 1980 e 1985"). De qualquer modo, a participação de psicólogos em tais publicações é nula e daí pensarmos dispensável uma pesquisa aprofundada das mesmas. Algo semelhante pode ser dito a propósito da Revista Alter/Ego—cf., sobretudo o nº 2/86—ou mesmo da conhecida Psiquiatria Clínica que, nomeadamente na secção da Psiquiatria Forense, tem vindo a dedicar-se com uma certa regularidade à temática da delinquência/criminalidade e áreas afins (cf., nºs 4/84; 2/87; 2/88). É aliás nesta revista, num número que congrega a maioria das comunicações realizadas no âmbito do Congresso Nacional do Stress (Novembro de 1987), que aparece igualmente um dos nossos primeiros escritos como psicólogos a trabalhar em meio prisional (cf., Gonçalves, 1988).

(8) Ainda que versando mais as ligações entre o Direito e a Psiquiatria Forense, o artigo não deixa de referir os contributos da Psicologia.

(9) Alguns ocupam mesmo funções dirigentes nos Estabelecimentos Prisionais.

(10) A minha primeira intervenção a propósito da temática prisional ocorreu no Encontro Internacional de Intervenção Psicológica na Educação (Porto, 2-4 de Julho de 1987) em que é conceptualizado o modelo "Educar e Punir" e cujo respectivo contraponto escrito só virá a lume cerca de 20 meses mais tarde (Gonçalves, 1989 c).

(11) Termo que está vulgarizado no meio prisional e que engloba, não só o técnico da educação mas também a uma outra categoria profissional—o Técnico de Orientação Escolar e Social—que, na prática, desempenha sensivelmente as mesmas funções daquele.

(12) Retoma-se aqui uma problemática que emergiu da própria ética da psicoterapia. Ou seja, até que ponto é legítima a tentativa de encaminhamento psicoterapêutico em direcção à readaptação quando esta pode funcionar a soldo de uma ideologia dominante que entende como "doente" todo aquele que se permite discordar e viver à margem dessa ideologia (Castel, 1973; Deleuze & Guattari, 1972; Lefebvre in Gonçalves, 1990 a).

REFERÊNCIAS

- Agra, Cândido da (1986 a). Para uma epistemopsicologia. *Revista de Psicologia e de Ciências da Educação*, 1, 17-27.
- Agra, Cândido da (1986 b). Adolescência, comportamento desviante e auto-organizado: modelo de psicologia epistemanalítica. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 2, 81-87.
- Agra, Cândido da (1986 c). Projecto da psicologia transdisciplinar do comportamento desviante e auto-organizado. *Análise Psicológica*, 314 (IV), 311-318.
- Almeida, M. R. L. Crucho (1965). Contributo para a organização de uma estatística de crimes. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 17, 5-62.
- Almeida, M. R. L. Crucho (1967). Notas estatísticas sobre condenados: 1962, 1964 e 1966. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 21, 11-75.
- Almeida, M. R. L. Crucho (1969). O problema dos jovens adultos entrados na prisão depois do insucesso do tratamento em instituições para menores delinquentes. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 25, 93-107.
- Almeida, M. R. L. Crucho (1971a). O intervalo de reincidência após a libertação de um estabelecimento prisional. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 26, 16-23.

- Almeida, M. R. L. Crucho (1971b). A evolução da população reclusa entre 1962 e 1968. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 26, 25-33.
- Almeida, M. R. L. Crucho (1971c). Os processos estatísticos na prognose da reincidência. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 27, 5-52.
- Alves, A.M. (1979). Teoria/terapia comportamental e instituição prisional. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 34, 88-116.
- Alves, A.M. (1981). Instituições prisionais - a dupla face da violência. *Psicologia*, 11, (4), 365-374.
- Bartollas, C. & Miller, S. J. (1978). *The juvenile offender: Control, correction and treatment*. Boston: Holbrook Press.
- Beleza, T. P. (1983). A reinserção social dos delinquentes: recuperação da utopia ou utopia da recuperação. In J. Figueiredo (coord.) et al., *Cidadão delinquente: reinserção social?* (159-170). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- Belo, J. V. Mendes (1962). A personalidade do delinquente: Importância do seu estudo: antes, durante e depois da condenação. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 11, 47-151.
- Braz, J. (1984). Crime, sociedade e política criminal adequada. *Rev. de Invest. Criminal*, 13, 25-27.
- Brodsky, S. L. (1973). *Psychologists in the criminal justice system*. Urbana, Illinois: Univ. of Illinois Press.
- Cannat, P. (1958a). As relações entre o pessoal de vigilância e os detidos. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 2, 5-13.
- Cannat, P. (1958b). La liberté en tant que facteur de rééducation pénale. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 3, 17-22.
- Carney, L. P. (1983). The counseling perspective in parole. *The Counsel. Psychologist*, 11 (2), 41-47.
- Carvalho, M. A. C. S. Amorim (1960a). Alguns ensaios com o teste de Szondi. Análise do Destino. Antelóquio. *Boletim da Administ. Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 6, 63-144.
- Carvalho, M. A. C. S. Amorim (1960b). Alguns ensaios com o teste de Szondi. Análise do Destino. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 7, 61-108.
- Castel, A. (1973). *Le psychanalisme*. Paris: Maspéro.
- Cavadas, B. (1959). Alguns aspectos da terapêutica penitenciária posta em prática na colónia penal de St^a Cruz do Bispo. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 5, 57-66.
- De Waele, J. P. & Depreuw, W. (1985). *Formation du personnel pénitentiaire*. Livres I, II et III. Bruxelles: Ministère de la Justice/Moniteur Belge.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1972). *L'anti-oedipe*. Paris: Minit.
- Diaz, M. Clemente (1986). Algunas cuestiones metodológicas y técnicas sobre la investigación prisional en el área legal. In J. F. Burillo y M. Clemente (Eds.), *Psicología Social y Sistema Penal* (pp. 27-44). Madrid: Alianza Editorial.
- Dupréel, J. (1959). La classification des détenus et son évolution. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 5, 5-8.
- Faria, J. R. (1959). Classificação de delinquentes. Alguns problemas conexos - considerações muito breves. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 5, 21-56.
- Faria, J. R. (1960). Liberdade condicional - breves notas. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 6, 55-62.
- Farrington, D. P. (1984). Delinquent and criminal behavior. In A. Gale and A. J. Chapman (Eds), *Psychology and social problems* (55-77). N. Y.: Wiley.
- Fatela, J. (1989). *O sangue e a rua. Elementos para uma antropologia*

da violência em Portugal (1926-1946). Lisboa: Publicações Dom Quixote.

- Faugeron, Cl. (1991). La production de l'ordre et le contrôle pénal. Bilan de la recherche en France depuis 1980. *Deviance et Société*, 15 (1), 51-91.
- Fernandes, J. L. (1990). *Os pós-modernos. A cidade, o sector juvenil e as drogas*. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Porto: F.P.C.E. - U. P.
- Figueiredo, J. (1983). Antecedentes legislativos da reinserção social. In J. Figueiredo (coord.) et al., *Cidadão delinquente: reinserção social?* (17-47). Lisboa: Instituto de Reinserção Social.
- Figueiredo, J. (coord.), et al., (1983). *Cidadão delinquente: reinserção social?* Lisboa: Instituto de Reinserção Social
- Gonçalves, R. A. (1988). O stress na comunidade prisional. Perspectiva ecológica/ambiental e modelo de intervenção. *Psiquiatria Clínica*, 9 (4), 335-341.
- Gonçalves, R. A. (1989 a). A prisão: do isolamento à reinserção na comunidade. *Jornal de Psicologia*, 8 (1), 17-26.
- Gonçalves, R. A. (1989 b). Da dimensão psicológica da delinquência à dimensão psico-social do comportamento desviante. In M. Maia, *Delinquência: textos a pretexto* (34-42). Porto: Ed. Salesianas.
- Gonçalves R. A. (1989 c). Educar e punir: a prática da psicologia em ambiente prisional. In J. F. Cruz, Rui A. Gonçalves e Paulo P. P. Machado (Eds), *Psicologia e educação. Investigação e intervenção* (569-579). Porto: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Gonçalves, R. A. (1990 a). Entrevista com Alex Lefebvre. *Jornal de Psicologia*, 9 (1), 21-25.
- Gonçalves, R. A. (1990 b). *A adaptação à prisão. Um processo vivido e observado. Estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação—Universidade do Porto.
- Gonçalves, R. A. (1991). *A administração penitenciária belga. Relatório de um estágio*. Policopiado. Lisboa: Direcção Geral dos Serviços Prisionais.
- Gonçalves, R. A. & Vieira, H. (1989). Um modelo multidimensional para a prevenção do suicídio na prisão. *Temas Penitenciários*, 2, 7-17.
- Gonçalves, R. A., Tomé, R. & Vieira, H. (em preparação). *O técnico de educação em meio prisional. Da caracterização à formação*.
- Hespanhol, M. J. O. Pinto (1983). Os institutos de criminologia na evolução da ciência criminológica. *Revista de Investigação Criminal*, 11, 29-31.
- Ivey, A. E. (1974). Adapting systems to people. *Personnel and Guidance Journal*, 53 (2), 137-139.
- Kassebaum, G., Ward, D. & Wilner, D. (1971). *Prison treatment and parole survival*. N. Y.: Wiley.
- Lalande, P. (1990). Comment devient-on "réaliste"? Une étude sur la trajectoire mentale des agentes de probation. *Deviance et Société*, 14, (1), 17-38.
- Leitão, A. (1960). A observação e classificação dos delinquentes para efeitos penitenciários. A diversificação dos estabelecimentos. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 6, 37-54.
- Leite, C. (1989). *Escolana prisão. Dupla disciplinação? Libertação? Estudo de um caso*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- Lopes, J. G. (1959). O problema do internamento e tratamento dos delinquentes anormais. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 5, 13-19.
- Lopes, J. G. (1961). Os serviços prisionais portugueses. *Boletim da Administração Penitenciária e do Instituto de Criminologia*, 9, 5-115.
- Lopes, J. G. (1963). Métodos modernos de tratamento penitenciário.

- Experiências e críticas. Exame especial da "probation" e da liberdade condicional. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 12, 19-34.
- Lúcio, A. Laborinho (1986). Psiquiatria forense e novo código penal. *Análise Psicológica*, 3/4 (IV), 489-494.
- Lurigo, A. P. & Carrol, J. S. (1985). Probation officers' schemata of offenders: Content, development and impact on treatment decisions. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 112-1126.
- Maia, M. (1989). *Delinquência: textos a pretexto*. Porto: Ed. Salsianas.
- Maldonado, M. A. Silva (1968). Estudo sobre alguns aspectos socio-criminológicos de um grupo de homicidas. *Boletim da Administr. Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 23, 5-34.
- Mapas Estatísticos (1988). *Temas Penitenciários*, 1, 61-70.
- Mapas Estatísticos (1989). *Temas Penitenciários*, 1, 61-71.
- McMurrin, M. & Shapland, P. (1989). What do prison psychologists do? *The Psychologist*, 2, 287-289.
- Meira, C. (1963). Valor que deve atribuir-se à personalidade e comportamento do delinquente (anterior, simultâneo e posterior ao delito). *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 12, 35-72.
- Menninger, K. (1969). *The crime of punishment*. N. Y.: Viking Press.
- Monteiro, M. B. (1984). *La construction sociale de la violence: une approche cognitive et développementale*. Thèse de doctorat. Louvain: Univ. Catholique.
- Moura, A. (1968). Correlações psicossomáticas. Os biótipos de Kretschmer e o psicodiagnóstico de Rorschach. *Boletim da Administr. Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 23, 35-89.
- Oliveira, J. B. Leal (1961). A observação e classificação dos delinquentes. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 8, 73-139.
- Ortigão, M. J. R. (1985). A inadaptação social segundo o modelo cognitivo-comportamental. *Infância e Juventude*, 3, 16-34.
- Pereira, A. P. & Costa, L. G. (1989). Nos limites do Social — Droga no meio prisional. *Temas Penitenciários*, 2, 19-25.
- Pina, L. (1939). L'anthropologie criminelle et l'Institut de Criminologie de Porto (aperçu historique). *Boletim dos Institutos de Criminologia*, IV.
- Pina, L. (1957). Reflexões sobre propedêutica somatopsíquica em antropologia criminal. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 1, 7-74.
- Pina, L. (1960). Instituto de Criminologia do Porto. Resenha histórico-bibliográfica. *Trabalhos do Instituto de Criminologia do Porto*.
- Pina, L. (1966). Doutrinas criminológicas e sistemas carcerários em Portugal. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 19, 39-107.
- Pinatel, J. (1975). Criminologie. In P. Bouzat et J. Pinatel, *Traité de droit pénal et de criminologie*, (Tome III, 3^{ème} éd.). Paris: Dalloz.
- Pinto, J. Roberto (1960). O problema da classificação dos delinquentes e da especialização dos estabelecimentos. *Boletim da Administr. Penitenciária e dos Inst. de Criminologia*, 7, 13-60.
- Pinto, J. Roberto (1969). O tratamento penitenciário das mulheres. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 25, 21-91.
- Rocha, M. A., Lopes (1983). A reinserção social do delinquente: utopia ou realidade? In J. Figueiredo (coord.), *Cidadão delinquente: reinserção social?* (69-87). Lisboa: Inst. de Reins. Social.
- Seabra, A. (1983). Breves notas sobre a punição do crime segundo o novo código penal. In J. Figueiredo (coord.), *Cidadão delinquente: reinserção social?* (133-145). Lisboa: Inst. de Reins. Social.
- Scharf, P., Didinger, M. & Vogel, R. (1983). Keeping faith: roles and problems of counselors in prison settings. *The Counseling Psychologist*, 11 (2), 35-40.
- Snacken, S. (1986). A aplicação da pena curta de prisão na Bélgica. *Infância e Juventude*, 4, 21-41.
- Soczka, L. (1985). Espaços urbanos e comportamento agressivo: Da etologia à psicologia ambiental. *Infância e Juventude*, 2, 69-80.
- Tomé, R. & Gonçalves, R. A. (1989). O serviço social e a psicologia na prisão: causas e efeitos de uma interdisciplinaridade. In *O Serviço Social nos Anos 80* (303-315). Porto: I Mostra do Serviço Social.
- Vala, J. (1984). *La production sociale de la violence: représentations et comportements*. Thèse de doctorat. Louvain: Univ. Catholique.
- Vala, J. (1985). Contribuições para uma análise psicossocial da delinquência. *Inf. e Juvent.*, 2, 53-63.
- Whiteley, S. N. & Hosford, R. E. (1983). Counseling in prisons. *The Couns. Psychologist*, 11, 27-34.
- Yerro, J. Gonzalez (1969). Las reglas minimas para el tratamiento de los reclusos a la luz dos ultimos acontecimientos en la esfera correccional. *Boletim da Administração Penitenciária e dos Institutos de Criminologia*, 25, 109-134.

ABSTRACT

RESEARCH IN DELINQUENCY AND PRISONS IN PORTUGAL: ROLE AND CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGY

The author reviews portuguese psychological research concerning delinquency and prisons, arguing that the former has received considerable interest regarding the latter. He goes back forth to the begining of the century, noting that medicine and law were the disciplines that have called upon them the "right" of research on those fields. Only in the eighties, portuguese psychologists begin to enter their prisons and the first results are now making its appearance. In this sense, the author proposes a new role for their work in prison settings, that stresses their function as being "catalysts" of transformations rather than agents of "normalization".

RÉSUMÉ

LA RECHERCHE SUR LA PRISON ET LA DELINQUANCE AU PORTUGAL: ROLE ET CONTRIBUTIONS DE LA PSYCHOLOGIE

L'auteur met en évidence les contributions de la Psychologie dans la recherche sur la délinquance et les problèmes concernant les institutions pénitentiaires au Portugal. Notamment, il souligne que c'est la délinquance qui a fait surtout object de cette approche, bien que dans une extension assez réduite. Des travaux cités depuis le début du siècle, montrent qui sont la médecine et le droit les principaux impliqués dans l'étude de ces domaines et il n'est qu'après la décade de 80 que les psychologues portugais osent enfin, avec consistance, pénétrer dans le monde des prisons. En ceci étant, l'auteur remarque la nécessité de concevoir le travail du psychologue en milieu pénitentiaire plutôt comme "catalyseur" de transformations que comme agent "normalisateur".

DEPRESSÃO PÓS-PARTO E INTERACÇÃO PRECOCE (*)

BÁRBARA FIGUEIREDO(**)
MARIA EMILIA AREIAS (**)
AMILCAR R. AUGUSTO (****)
JOSÉ M. CALHEIROS (*****)
EURICO FIGUEIREDO (*****)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Sendo a depressão da mãe uma situação muito frequente durante o primeiro ano de vida da criança, o presente artigo revê, analisa e discute a metodologia e os resultados a que chegaram os estudos que investigam as alterações que sofre a interacção precoce mãe-bébé, no caso da mãe estar deprimida após o parto.

INRODUÇÃO

A partir da observação das sequências interactivas que se estabelecem entre a mãe e o bebé, e aceitando a participação de ambos no estabelecimento de tais sequências, muitos investigadores têm procurado avaliar a qualidade da relação mãe-bébé. Este interesse a respeito das situações em que qualquer coisa falha na interacção precoce mãe-bébé justifica-se pela importância crucial que lhe é conferida, fundamentada na evidência de que ela é uma experiência determinante no desenvolvimento do indivíduo.

Há um elevado número de factores que estão directa ou indirectamente implicados nas interacções precoces da mãe com o bebé. É assim que certas características da mãe parecem influir no modo como ela interage com o bebé: classe social (Lewis & Wilson, 1972; Hubert, 1974; Field & Pawbly, 1980); nível de instrução (Tulkin & Kagen, 1972; Cohen & Beckwith, 1976); idade (Ragozin et al., 1982); qualidade da relação com os pais (Frommer & O'Shea, 1973; Hall et al., 1980; Uddenberg, 1974); características da sua personalidade (Breen, 1975; Robson & Kumar, 1980); paridade e experiência prévia com crianças pequenas (Thoman et al., 1970; Brown et al., 1975; Bernal et al., 1972); circunstâncias da gravidez e do parto (Bibring et al., 1961; Tryphonopoulou & Doxiades, 1972; Klaus & Kennel, 1976; Schachter et al., 1977; Sameroff et al., 1982).

(*) Trabalho subsidiado pela J.N.I.C.T. (Projecton°87185. Investigador Principal: Eurico Figueiredo)

(**) Psicóloga e Assistente da Faculdade de Letras do Porto

(***) Psicóloga e Bolseira da J.N.I.C.T.

(****) Médico Clínico Geral no C. S. da Foz do Douro e Assistente Convidado do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.

(*****) Professor Associado de Saúde Comunitária no ICBAS.

(*****) Professor Catedrático de Psiquiatria no ICBAS.

Correspondência para este artigo deve ser enviada para: Bárbara Figueiredo, Faculdade de Letras do Porto. Rua do Campo Alegre, 1055 - 4100 PORTO.

DEPRESSÃO E INTERACÇÃO PRECOCE

Será que o facto da mãe estar deprimida também influencia a interacção que mantém com o bebé? O Quadro 1 mostra os resultados a que chegaram os estudos que recentemente têm estudado a interacção mãe-bébé, no caso em que a mãe está deprimida após o parto.

Vejam os pormenores de alguns desses estudos que têm comparado a interacção da mãe com o bebé, nas condições em que ela está ou não deprimida, e que unanimemente indicam que existem perturbações na interacção entre a mãe deprimida e o seu bebé.

Na sequência das investigações sobre os efeitos do rosto imóvel na interacção mãe-bébé, Cohn & Tronick (1983) estudaram o efeito da simulação da expressão depressiva. Ao compararem gravações vídeo da interacção depressiva simulada e da interacção normal, verificaram que bebés de 3-4 meses de idade estruturavam o comportamento de forma diferente, estando mais negativos (i. e., produzindo uma elevada proporção de expressões de mal-estar, protesto e zanga, e desviando o olhar) e menos positivos (i. e., produzindo uma reduzida proporção de expressões positivas — sorriso, contacto ocular mútuo — e de comportamento de jogo), na primeira condição do que na segunda.

Tyfanny Field (1984) foi a primeira a comparar a interacção da mãe deprimida com a interacção da mãe não deprimida e a verificar que o seu comportamento e o de seu bebé de 3 meses de idade era muito diferente. No seu estudo, as mães deprimidas exibiram com mais frequência expressões faciais negativas e com menos frequência expressões faciais positivas, vocalizaram menos e passaram menos tempo a olhar para os bebés e a providenciar-lhes estimulação táctil e quinesésica; os bebés exibiram com mais frequência expressões faciais negativas do que positivas, vocalizaram e protestaram menos, fixaram menos o seu olhar no da mãe e os seus níveis cardíacos e de actividade foram inferiores: Quando pediu às mães que parecessem deprimidas, a autora observou que, ao contrário do que acontecia com as mães não deprimidas, as deprimidas não modificavam o comportamento e não se angustiavam na reali-

Quadro 1 - Estado depressivo materno após o parto e interacção precoce mãe-bébé.

| Estudo | Amostra | Procedimento | Resultados |
|--------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| SAMEROFF et al. (1982) | 59 mães deprimidas, os seus controles e bebés | observações da interacção em casa aos 4 e aos 12 meses | A mãe deprimida é menos brincalhona, exhibe menos expressões positivas, verbaliza menos e segura menos ao colo o bebé (estas diferenças não apareceram na idade de 12 meses) |
| ANTHONY (1983) | mães deprimidas | estudo de casos | A mãe deprimida é insuficiente em dimensões importantes do comportamento de ser mãe: no estabelecimento de uma relação baseada na mutualidade, na coordenação das suas actividades com as da criança, na imitação e no bom humor |
| LIER (1983) | mães com perturbações do humor e seus bebés | gravação vídeo da interacção face-a-face | O bebé oscila entre a aversão do olhar e um estado de grande excitação (tem dificuldade em equilibrar as fases de atenção e de pausa) |
| LIVINGOOD et al. (1983) | 25 mães deprimidas, bebés e seus controles | gravação vídeo da interacção durante a alimentação (15m) | A mãe deprimida contempla menos o seu bebé, exhibe menos expressões emocionais positivas, muda de posição e embala com mais frequência o seu bebé |
| COHN & TRONICK (1983) | 24 mães sem perturbação e seus bebés de 3-4 meses | gravação vídeo da interacção face-a-face numa condição de simulação depressiva e numa condição normal | Na condição depressiva simulada o bebé exhibe uma elevada proporção de expressões de protesto e de zanga, evita o olhar e só está de forma positiva por períodos de tempo muito breves; enquanto que na condição normal exhibe expressões positivas e comportamento de jogo |
| COHN et al. (1986) | 13 mães deprimidas bebés e seus controles (de um outro estudo dos autores) | gravação vídeo em casa da interacção face-a-face (6 mins.) e observação naturalista (40 mins) aos 6-7 meses | Estes autores encontraram 4 padrões interactivos distintos, entre as mães deprimidas, que associaram a comportamentos diferentes nos bebés: 1) mães que não estão envolvidas na interacção em pelo menos 75% do tempo, que se afastam na cadeira, que viram costas ao bebé e lhe falam com uma voz monótona e pouca expressão facial; os seus bebés protestam muito 2) mães que exibem poucas expressões positivas (como no padrão 1), mas que elicitam o bebé à interacção, não exibem uma grande variedade de afectos, são pouco hábeis para brincar; os bebés estão retraídos, raramente exibem expressões afectivas positivas e brincam muito pouco 3) mães que exibem um alto nível de envolvimento, mas que são intrusivas: exibem baixas percentagens de expressões positivas, altas percentagens de expressões de zanga e irritação e interferem na actividade do bebé em pelo menos 25% do tempo (cerca de metade das mães); os bebés estão cerca de 70% do tempo com o olhar distante 4) mães que são afectuosas e exibem uma grande variedade de expressões afectivas que vão desde as neutras às positivas em pelo menos 35% do tempo; os seus bebés exibem mais expressões positivas |
| LYONS-RUTH et al. (1986) | 28 mães deprimidas de baixo nível sócio-económico, bebés e respectivos controles | gravação da interacção mães bebé, em casa, aos 12 meses (14 minns.) | As mães deprimidas evidenciaram mais comportamento hostil coberto, mais manipulação que é interferente com os objectivos e comportamento do bebé e menos expressões de afecto positivo |
| FIELD (1984) | 12 mães deprimidas e bebés de 3 meses e os seus controles | gravação vídeo da interacção face-a-face numa situação livre e numa situação em que se pediu à mãe que parecesse deprimida, sendo-lhe fornecido um conjunto de indicações para o efeito. | A mãe deprimida exhibe mais expressões faciais negativas, menos expressões faciais positivas, vocaliza menos e passa menos tempo a olhar para o seu bebé e a providenciar-lhe estimulação táctil e quinestésica; e seu bebé exhibe mais expressões faciais negativas, menos expressões faciais positivas, vocaliza e protesta menos, fixa menos o olhar, e tem inferiores níveis cardíacos e de actividade. Quando se pediu às mães que para parecerem deprimidas observou-se que, ao contrário do que acontecia com a mãe não deprimida, a mãe deprimida não modifica o seu comportamento e não se angustia na realização do seu desempenho; e o seu bebé, não fica surpreso, não olha estupefacto, não protesta nem se comporta de modo a reinstalar a interacção normal |

Quadro 1 (Cont.) - Estado depressivo materno após o parto e interacção precoce mãe-bébé.

| Estudo | Amostra | Procedimento | Resultados |
|-----------------------|------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| FIELD et al. (1986) | 36 bebés de 4 meses de idade e suas mães | gravação vídeo da interacção em duas situações: rosto inexpressivo e separação | Os bebés evidenciavam mais actividade motora, mais aversão do olhar, mais protestos e mais gritos durante a situação de interacção com a mãe simulando um rosto inexpressivo, do que na sua ausência |
| FIELD et al. (1988) | 74 bebés de 3-6 meses de mães deprimidas/não-deprimidas | gravação vídeo da interacção face-a-face com a mãe e com um estranho não-deprimido | As mães deprimidas e os seus bebés obtiveram valores mais baixos do que as mães não deprimidas e seus bebés em todas as categorias de comportamento analisadas; o comportamento dos bebés de mães deprimidas não se alterou significativamente pelo facto de interagir com uma pessoa que não estava deprimida; o comportamento do estranho é afectado por estar a interagir com um bebé de mãe deprimida: a sua performance é inferior |
| BETTES (1988) | 18 mães deprimidas, bebés de 3-4 meses e os seus controles | gravação vídeo da interacção face-a-face | As mães deprimidas não são capazes de acordar o seu comportamento com o do bebé, são significativamente mais vagarosas, e são menos hábeis em usar os exageros de entoação que caracterizam a comunicação das mães não perturbadas |
| FLEMING et al. (1988) | 11 mães primíparas deprimidas, bebés e seus controles | gravação vídeo da prestação de cuidados: no laboratório ao 3º dia, 1 e 3 meses; em casa aos 16 meses | Embora não fossem observadas diferenças aos 16 meses, nas avaliações anteriores as mães deprimidas exibiram para com os bebés menos comportamentos de contacto afectivo, menos respostas vocais e introduziram mais cedo o biberon |
| FIELD et al. (1990) | 24 mães deprimidas, bebés de 3 meses e os seus controles | gravação vídeo da interacção face-a-face (3 mins.) | As mães deprimidas sintonizam com mais frequência os seus comportamentos negativos enquanto que as mães não deprimidas sintonizam com mais frequência os seus comportamentos positivos e os bebés das mães deprimidas sintonizam com mais frequência os seus comportamentos negativos enquanto que os bebés das mães não deprimidas sintonizam com mais frequência os seus comportamentos positivos a resposta contingente acontece com menor frequência nas díades em que a mãe está deprimida |
| COHN et al. (1990) | 24 mães deprimidas, bebés de 2 meses e os seus controles | gravação vídeo em casa da interacção face-a-face (3 mins.) e observação da interacção livre (30 mins.) | as mães deprimidas exibiram mais comportamentos negativos que as mães não deprimidas e os seus bebés exibiram menos comportamentos positivos do que as mães não deprimidas; a resposta contingente acontece com igual frequência nas díades em que a mãe está ou não deprimida |

zação do desempenho e os seus bebés, ao contrário do que acontecia com os bebés das mães não deprimidas, não ficavam surpresos, não olhavam estupefactos, não protestavam, nem se comportavam de modo a reinstalar a interacção habitual. Mais tarde verificou que a situação de rosto inexpressivo era mais perturbadora para o bebé de 4 meses, sendo mais evidente o seu mal-estar (ausência de sorriso, protestos, aversão do olhar), do que a situação em que ficava separado da mãe. Isso levou-a a concluir que a indisponibilidade emocional da mãe é mais desorganizadora para o bebé do que a indisponibilidade física, ou seja,

"ser deixado só por uma mãe deprimida pode ser menos ansiógeno" (Field et al., 1986, p. 477).

Em estudos posteriores, observou que os bebés das mães que estiveram deprimidas durante a gravidez exibiam

níveis mais baixos de actividade e de resposta à estimulação social, quando avaliados à nascença pela Escala Neonatal de Brazelton (Field et al., 1985). Observou também que o bebé da mãe deprimida exhibe o mesmo padrão interactivo quando interage com a mãe ou com um adulto estranho que não está deprimido; e ainda, que o estranho não deprimido tem uma actuação interactiva menos adequada com os bebés de mães deprimidas do que com bebés de mães que não estão deprimidas após o parto (Field et al., 1988).

Mais recentemente, Field et al. (1990) voltaram a comparar a interacção de mães-deprimidas/bébé e de mães-não-deprimidas/bébé. Encontraram que as mães deprimidas — tal como os seus bebés que se juntam mais às respectivas mães nos comportamentos negativos (protesto, desviar do olhar), ao contrário dos bebés das mães não deprimidas que se juntam mais às suas mães nos comportamentos positivos (atenção, jogo), sintonizam com mais frequência os seus comportamentos

negativos (irritação/interferência, distanciamento) enquanto que as mães não deprimidas sintonizam com mais frequência os seus comportamentos positivos (incitação, jogo). Por outro lado, a proporção de tempo em que sucedeu a sintonia dos comportamentos afectivos/atentivos (i. e., em que a mãe e bebé exibiram o mesmo tipo de comportamento afectivo/atentivo) foi significativamente menor nas díades de mães deprimidas. Segundo os autores, a procura de sintonia de comportamento acontece menos nas díades em que a mãe está deprimida porque, sendo a atenção mútua limitada, a capacidade de resposta contingente tem que ser menor.

Cohn et al (1986) estudaram a interacção face-a-face de treze mães deprimidas e seus bebés de 6-7 meses de idade, comparando-a com os resultados de um outro estudo levado a cabo com mães não deprimidas e bebés da mesma idade. A análise das interacções das mães deprimidas mostrou a coexistência de quatro padrões interactivos bastante distintos: 1) Num primeiro grupo, as mães não se encontravam envolvidas na interacção em pelo menos 75% do tempo (afastavam-se do bebé, viravam-lhe as costas, falavam-lhe com uma voz monótona e exibiam poucas expressões faciais positivas); 2) Num segundo grupo, as mães, embora também exibissem poucas expressões faciais positivas (como no padrão 1), revelaram elevadas percentagens de incitação, procuravam envolver os bebés mas eram pouco hábeis em consegui-lo (não expressavam uma grande variedade de afectos, não utilizavam actividades de jogo interessantes); 3) Num terceiro grupo, as mães eram capazes disso, estavam de forma positiva (incitação, jogo) em pelo menos 1/3 do tempo e exibiam uma grande variedade de expressões faciais positivas. 4) Num quarto grupo (cerca de 50% da amostra), as mães evidenciaram níveis elevados de incitação, mas tratava-se de uma incitação intrusiva e negativa (interferiam com a actividade do bebé em pelo menos 1/4 do tempo e exibiam uma proporção elevada de expressões de zanga e irritação). Com excepção do terceiro grupo, todas as mães deprimidas exibiam padrões interactivos que não se encontram em populações normais. Em relação aos bebés, estes autores observaram que os das mães intrusivas estavam cerca de 70% do tempo com o olhar desviado da mãe, enquanto que os bebés das mães não envolvidas protestavam muito e ainda que, quanto mais expressões faciais positivas eram exibidas pelas mães mais expressões faciais positivas eram exibidas pelos bebés. Para além disso, os autores observaram poucos momentos em que o comportamento da mãe e do bebé eram contingentes e que mãe e bebé realizavam poucos esforços no sentido de regular a interacção. Os autores concluíram que as mães deprimidas estão pouco envolvidas com os bebés e revelam insensibilidade e impaciência para com eles e que os seus bebés estão muito retraídos, raramente exibem expressões faciais positivas e brincam muito pouco. Todos estes dados são confirmados pela observação naturalista que foi também realizada.

Alguns destes resultados foram mais tarde infirmados pelos autores quando estudaram a interacção de mães deprimidas com seus bebés de dois meses (Cohn et al., 1990). Realizaram gravações vídeo numa situação estruturada de face-a-face (três minutos) e observaram igualmente a interacção não-estruturada. Analisaram duas dimensões: 1) afecto nas díades de mães deprimidas (as mães estiveram mais negativas: expressões faciais ou vocais de tristeza, irritação ou zanga; manejo intrusivo; desinteresse), e os bebés estiveram menos positivos (riso

ou sorriso), do que nas díades de mães não-deprimidas; 2) resposta contingente — não foi encontrada uma menor capacidade de resposta contingente por parte das mães deprimidas. Deste modo, os grupos diferiram no tipo de expressão afectiva, mas não na relação de contingência entre o comportamento da mãe e o do bebé. Os autores concluíram que

“a reduzida positividade encontrada nas interacções das mães deprimidas com os seus bebés é conseguida à custa de uma resposta contingente às expressões um do outro, mais do que através de uma diminuição da capacidade de resposta às mudanças comportamentais no outro membro da díade” (Cohn et al., 1990, p. 22).

Estes autores encontraram ainda que a qualidade da interacção precoce mãe-deprimida/bébé era tanto pior quanto mais à depressão da mãe se associavam outras variáveis: sexo masculino do bebé, cronicidade e ausência de emprego por parte da mãe.

O estudo de Bettes (1988) examina o efeito do estado depressivo da mãe em duas dimensões interactivas: os parâmetros temporais de intervenção e de pausa e a frequência no uso de cinco tipos de entoações que encontramos habitualmente na comunicação materna e que têm um importante papel no desenvolvimento da criança. As interacções face-a-face (36 mães e bebés de 3-4 meses) foram analisadas, evidenciando-se que as mães deprimidas interagem mais lentamente, não modificam o seu comportamento para o acordar com o do bebé, e são menos hábeis em utilizar as entoações exageradas que caracterizam a interacção normal.

Fleming et al. (1988), seguiram durante a gravidez e 16 meses após o parto uma amostra de 68 mulheres primíparas. As mães foram convidadas, durante o nono mês de gravidez, nos dias que se seguiram ao parto e no final do primeiro, terceiro e 16º mês do pós-parto a preencher 11 questionários destinados a avaliar, nomeadamente, o seu humor, os seus sentimentos em relação à gravidez e ao bebé, as suas atitudes maternas e o suporte social. Realizou-se a gravação vídeo no laboratório da prestação de cuidados pela mãe ao bebé aos 3 dias, 1 mês e 3 meses (10 minutos) e aos 16 meses as gravações foram realizadas em casa, durante uma situação não-estruturada de jogo (20 minutos). As mães deprimidas, quando comparadas com as mães não-deprimidas, exibiram menos comportamentos de contacto afectivo, responderam menos com as suas próprias vocalizações às vocalizações dos bebés e, aos 3 meses de idade, grande parte delas já tinham iniciado a alimentação ao biberon. No entanto, aos 16 meses, quando as mães foram observadas a brincar em casa com os seus bebés, não foram encontradas diferenças entre o comportamento das mães deprimidas e o das mães não-deprimidas.

Outros estudos, muito embora não tenham avaliado a qualidade da interacção da mãe deprimida após o parto, são relevantes a este respeito. Cohler & Weiss (1970) verificaram que as atitudes em relação ao bebé de um grupo de mães deprimidas, que tinham sido internadas durante os primeiros meses após o parto, eram diferentes das de outro grupo de mães que nunca tinham sido internadas: não atribuíam importância à necessidade de estabelecer uma relação baseada na reciprocidade e demonstravam uma grande negação em relação a tudo

o que diz respeito aos cuidados da criança. Weissman et al., (1972) estudaram 40 mães deprimidas com crianças de várias idades, através de uma entrevista estruturada para avaliar o ajustamento social. Compararam as suas respostas com as de um grupo de controlo (mães que não estavam deprimidas), concluindo que a relação da mãe deprimida podia ser caracterizada por: fraco envolvimento emocional, culpabilidade, hostilidade, ressentimento e comunicação de afecto negativo. Numa amostra de 16 mães que tinham experienciado problemas emocionais sérios após o parto (Uddenberg & Eglesson, 1978), foram encontradas dificuldades de adaptação ao papel de mãe, predominando atitudes de rejeição em relação à criança. Com base num estudo de casos, Anthony (1983) considerou que as mães deprimidas são insuficientes em importantes dimensões do comportamento materno: no estabelecimento de uma relação baseada na mutualidade, na coordenação das suas actividades com as da criança, na imitação e na expressão de humor positivo. Kumar & Robson (1984) salientaram que as mães deprimidas descrevem os seus bebés de 3 meses em termos muito mais críticos e negativos do que o fazem as mães que não estão deprimidas.

DISCUSSÃO

Todos os estudos que acabámos de assinalar referem que os comportamentos e sentimentos da mãe deprimida na sua relação com o bebé são afectados pelo seu estado de humor, que determina a relação que ela estabelece com ele. Os aspectos mais relevantes referem-se: a) por parte da mãe, ao menor envolvimento emocional; à falta de contingência, reciprocidade, mutualidade e sensibilidade ao ponto de vista da criança; à expressão afectiva menos positiva (i. e., elevado número de expressões de afecto negativo e reduzido número de expressões de afecto positivo) e à menor estimulação geral; b) por parte do bebé: ao elevado número de expressões negativas e reduzido número de expressões positivas e de comportamento de jogo; ao retraimento e menor capacidade de resposta contingente. Analisemos agora cada um destes aspectos.

1. A mãe deprimida está emocionalmente pouco envolvida com o seu bebé (descreve-o em termos negativos, é crítica a seu respeito, chegando mesmo a expressar hostilidade e rejeição para com ele, introduz mais cedo a alimentação ao biberon). Pode mesmo ocorrer uma importante perturbação na relação mãe-bébé que suceda o infanticídio, pois um grande número de pesquisas (cuja revisão foi feita por Margison, 1982) encontraram uma depressão associada à ideação suicida numa elevada percentagem de mães infanticidas. Por exemplo D'Orban (1979), que durante um período de 6 anos observou um total de 89 mulheres que mataram ou tentaram matar um ou mais filhos, verificou que 21% delas tinham como diagnóstico psiquiátrico uma depressão reactiva.

2. A mãe deprimida está pouco sensível ao seu bebé (atribui pouca importância às necessidades do bebé, não coordena as suas actividades com as dele evidenciando uma resposta afectiva e atenta muito pouco contingente, e não baseia na mutualidade e reciprocidade a sua relação com ele). Dificilmente a mãe deprimida é capaz de uma interacção bem sucedida. Para isso, ela teria que estar disponível para ele, de modo a

sincronizar o seu comportamento afectivo e atento com o estado de momento do bebé. A mãe que não está perturbada, observa continuamente as actividades do bebé

“de modo a poder acertar as suas próprias intervenções numa sincronia perfeita com ele” (Schaffer, 1979, p. 105).

Para que isso possa acontecer ela encontra-se num estado de hipersensibilidade em relação ao bebé (Klaus & Kennel, 1976; Schaffer, 1979; Brazelton, 1987). A mãe deprimida, demasiado envolvida consigo mesmo, está menos disponível para o bebé, corresponde menos às suas necessidades, está menos atenta aos seus sinais e estado de momento, é pouco respondente e contingente nas interacções.

Schaffer (1979), descreve de forma extremamente sugestiva o relacionamento da mãe deprimida após o parto com o seu bebé:

“Ela sente-se apaticamente com o seu bebé nos joelhos, olhando vagamente em volta e dificilmente dando conta do seu comportamento. Ele mexe-se desconfortavelmente mas ela não faz nada para moldar o seu corpo ao dele; ele choraminga mas ela não investiga a causa da sua indisposição. Não existe sentimento no que quer que ela faça, ela está vazia de emoções e completamente incapaz de qualquer envolvimento com o seu filho. O fluxo constante do seu comportamento não significa nada para ela: as suas respostas não têm qualquer valor de sinal porque ela está demasiado encerrada nos seus próprios sentimentos para poder ter consciência dos da criança” (Schaffer, 1979, p. 122).

Para uma “maternage” adequada é preciso dar provas de flexibilidade e ajustamento às peculiaridades do bebé, tanto mais que, e em função das enormes diferenças individuais existentes, o que é adequado para um bebé pode não ser para o outro. O adulto, para obter respostas optimizadas da parte do bebé, tem que deixar-se envolver numa relação de “disponibilidade recíproca”, adaptando-se ao bebé e aprendendo a conhecê-lo (Brazelton, 1987). Assim sendo,

“os pais insensíveis são talvez o maior obstáculo ao progresso do desenvolvimento porque eles parecem estar mais sintonizados para os seus próprios desejos e apatias do que para as crianças” (Schaffer, 1979, p. 130-131).

No caso da mãe deprimida essa insensibilidade não tem a ver com a frieza e/ou interpretação errónea das deixas da criança, o que é característico das mães psicóticas, mas sim com a sua indisponibilidade emocional, pois que todas as suas energias estão voltadas para a resolução das suas dificuldades.

3. A mãe deprimida exhibe um grande número de expressões negativas e um pequeno número de expressões positivas (e. g., Field 1984; Field et al., 1990; Cohn et al., 1986, 1990), a díade sintoniza mais os seus comportamentos negativos (i. e., mãe e bebé exibem ambos mais vezes comportamentos negativos) do que os seus comportamentos positivos (e. g., Field et al., 1990; Cohn et al., 1990). Para explicar a existência, nas crianças de mães deprimidas após o parto, duma maior tendência para a depressão (e. g., Weissman et al., 1984 e 1987), dum mais pobre desenvolvimento socio-emocional (e.

g., Lyons-Ruth et al., 1986; Caplan et al., 1989) e dum menor desenvolvimento cognitivo (e. g., Cogill et al., 1986), os investigadores da área têm vindo a sugerir duas hipóteses distintas, apesar de ambas considerarem que as interacções face-a-face são uma primeira via de transmissão de pais para filhos das desordens de comportamento e personalidade. Uma hipótese refere-se à comunicação do afecto entre a mãe e o bebé (defendida, por exemplo, por Tronick et al., 1986; Cohn et al., 1986); outra hipótese refere-se à indisponibilidade emocional e à baixa estimulação a que estão sujeitas essas crianças (defendida, por exemplo, por Sameroff et al., 1982), que comentaremos no ponto seguinte⁽¹⁾. Analisemos para já a primeira hipótese: as expressões faciais de afecto negativo estão presentes à nascença.

O primeiro investigador a estudar as expressões faciais do bebé foi Charles Darwin que, em 1880, considerou que as expressões faciais emocionais são inatas (o que não quer dizer que as emoções que as acompanham o sejam). Para Stern (1980), tais expressões, têm um desenvolvimento semelhante ao do sorriso: sendo actividades reflexas à nascença, tornam-se determinadas por estímulos exteriores (antes mesmo de isso ocorrer com o sorriso) e, por volta dos 3 meses de vida, o bebé pode usá-las com uma finalidade instrumental.

A reacção emotiva aos estímulos antecede a reacção cognitiva (Zajonc, 1980); o bebé muito pequeno é sensível à mensagem afectiva do comportamento da mãe, pois responde de um modo que é específico desse afecto, quando a mãe simula estar deprimida (Cohn & Tronick, 1983).

No decurso das suas interacções com a mãe deprimida o bebé sintoniza as suas reacções emocionais com as da mãe e está predominantemente negativo porque ela também o está; e, deste modo,

“durante as suas interacções precoces os bebés estão a aprender ... a fazer participar o seu afecto” (Maccoby & Martin, 1983, p. 81).

As reacções emocionais são interiorizadas e servem de guias para as futuras situações e é assim que as crianças que tenham experimentado predominantemente situações de mal-estar, durante as interacções precoces, se tornam menos positivas e mais negativas nas suas respostas. Como o salienta Brazelton (1987), as reacções precoces do bebé são precursoras do desenvolvimento futuro: quando, na primeira infância, determinados modelos psicomotores têm bom resultado, então

“é provável que venham a ser repetidos e apreendidos, tornando-se, finalmente, os modelos preferidos da criança mais velha” (Brazelton, 1987, p. 10).

4. A mãe deprimida sujeita o bebé a uma menor estimulação (brinca menos com o bebé, vocaliza e verbaliza menos, imita-o menos, contempla-o menos, providencia-lhe menos estimulação táctil e quinestésica, é mais vagarosa com ele e é menos hábil em usar os exageros de entoação que as mães habitualmente utilizam). O papel da mãe durante as interacções precoces com o seu bebé consiste em providenciar-lhe estimulação adequada e suficientemente variada (Field et al., 1986). A maior parte das mães são mestras em recriar intuitivamente a estimulação que o bebé está constitucionalmente preparado para receber, a cada momento do seu desenvolvimento. Con-

tudo, podem acontecer uma das três situações seguidamente descritas (Stern, 1980): 1) excesso de estimulação, característico no seu essencial das mães exageradamente ansiosas, que redundam num fracasso da regulação do bebé; 2) estimulação paradoxal, característica das mães inconsequentes, o que redundam na desorganização interactiva, dado a duplicidade contraditória das mensagens interactivas maternas; 3) sub-estimulação, característica das mães “incapazes” de manifestar os comportamentos sociais solicitados pelo bebé, nomeadamente as deprimidas, o que redundam na ausência de uma interacção efectiva.

Stern (1980) chamou à atenção para o facto de que a atenção, a excitação e o afecto do bebé só aumentam e diminuem, cada qual no máximo da sua extensão óptima, caso os acontecimentos estimulantes não sejam

“nem muito fracos, nem muito fortes, nem muito simples, nem muito complicados, nem muito conhecidos, nem muito surpreendentes” (Stern, 1980, p. 95).

Os estímulos que são proporcionados pela mãe deprimida são demasiado fracos, demasiado simples e demasiado repetitivos, e assim sendo, ela não desenvolve no seu bebé a capacidade de leitura dos sinais e das expressões sociais do comportamento. As diferenças encontradas na interacção das mães-deprimidas com os seus bebés interferem com aquilo que Bakeman & Brown (1977) consideram o trabalho de uma “boa” mãe — continuar a responder ao bebé, continuando a interagir até que ele esteja satisfeito.

Podemos então esperar que se encontrem efeitos adversos no desenvolvimento da criança, quer no que se refere ao desenvolvimento cognitivo, pela falta de estimulação a que está sujeita, quer no que se refere ao desenvolvimento sócio-emocional, pelos padrões afectivos e relacionais a que está exposta e concluir com Melhuish et al. (1988) que existem razões teóricas muito fortes para a hipótese de que a depressão da mãe é um factor de risco significativo.

Após analisar as diferenças nos comportamentos interactivos das mães deprimidas e seus bebés, podemos concluir em relação ao bebé que:

1. O bebé da mãe deprimida está acostumado ao comportamento depressivo de sua mãe, adaptou o seu comportamento ao dela, o que resulta no desenvolvimento de um estilo comportamental depressivo (exibe, tal como a sua mãe, poucas expressões de afecto positivo e muitas expressões de afecto negativo e tende a sintonizar as suas expressões de afecto negativo mais do que as suas expressões de afecto positivo, contrariamente ao que acontece com o bebé da mãe não deprimida). Podemos dizer que existe uma adaptação ao comportamento da mãe, pois sabemos que aos 3-4 meses o bebé é já capaz de se aperceber de alterações na expressão emocional da mãe e de encetar um certo número de esforços no sentido de reinstalar a interacção normal (Cohn & Tronick, 1983), o que não acontece com o bebé da mãe deprimida

“o bebé encontra-se resignado à falta de estimulação materna” (Field, 1984, p. 520).

2. Quando se comparou o comportamento do bebé em

interacção com a mãe-deprimida e com um adulto não deprimido, verificou-se que os comportamentos descritos não são apenas a forma de ele se relacionar com a mãe, mas já um estilo interactivo do indivíduo (Field et al., 1988), o que sugere que aos quatro meses o bebé já possa ter desenvolvido um estilo depressivo de interacção. Este estilo interactivo é sucessivamente reforçado, pois mesmo o adulto não deprimido que interaja com um bebé que tenha um estilo depressivo é levado a sintonizar o seu estilo interactivo com o dele (Field et al., 1988).

3. Por outro lado, os bebés de mães que estiveram deprimidas durante a gravidez exibem níveis mais baixos de actividade e de resposta à estimulação social, quando são avaliados à nascença pela Escala Neonatal de Brazelton (Field et al., 1985). A questão que é deixada em aberto é a de saber se o comportamento interactivo do bebé da mãe deprimida resulta do efeito da aprendizagem por observação da mãe ou, mais simplesmente, da falta de estimulação a que está sujeito, ou ainda de influências genéticas e/ou pré-natais.

CONCLUSÃO

Os estudos que foram aqui referidos mostram que a natureza da interacção mãe-bebé é bastante afectada pelo facto da mãe estar deprimida. Todos eles evidenciam claramente a influência da depressão na “performance” das mães quando interagem com os seus filhos, particularmente nos aspectos que acabámos de salientar. Referem também que os bebés, mesmo muito pequenos, percebem tais diferenças no estilo interactivo, e que o seu comportamento é afectado por ele. No entanto, os trabalhos de Cohn et al. (1986) chamam a atenção para o facto de que nem todas as mães deprimidas estão distantes e retraídas, e que algumas se tornam altamente intrusivas, expressando com elevada frequência irritação para com os seus bebés. Os resultados mais recentes destes autores (Cohn et al., 1990) são também discordantes dos de outros (e. g., Field, 1984, 1990; Cohn et al., 1986; Bettes, 1988; Fleming et al., 1988) a respeito da existência de uma menor capacidade de resposta contingente por parte da mãe deprimida e bebé. Daí que, em estudos futuros, se torne imprescindível diferenciar os diferentes tipos de depressão (crónica, episódica, associada a desordens de personalidade) na selecção das amostras, pelo que a entrevista psiquiátrica é um elemento essencial, não bastando os questionários de auto-administração (Cohn et al., 1986; Rutter, 1990). Parece-nos também, e em concordância com um comentário recente de Rutter (1990), que os estudos utilizam amostras de tempo demasiado pequenas em situações que, embora muito bem definidas, são demasiado restritivas tendo em conta as dimensões que podem ser consideradas na interacção precoce mãe-bebé. Finalmente, somos defensores da necessidade de se realizarem cada vez mais observações no meio habitual da interacção e somos levados a concluir com Melhuish et al. (1988) que, muito embora existam hoje em dia muitos estudos acerca da interacção mãe-bebé em sujeitos normais existe uma pequena e limitada literatura acerca da relação mãe-bebé quando a mãe está psicologicamente perturbada, sobretudo no que se refere a estudos com mães deprimidas nas suas interacções em casa.

NOTA

(1) Não entraremos aqui em linha de conta com explicações genéticas. Todavia Field et al. (1985), ao avaliar em recém-nascidos de mães deprimidas através da Escala Neonatal de Brazelton, verificaram que exibem níveis mais baixos de actividade e de resposta à estimulação social, o que pode dever-se a influências genéticas ou a influências pré-natais, pois que estas mulheres estiveram deprimidas durante a gravidez.

REFERÊNCIAS

- Anthony, E. J. (1983). An overview of the effects of maternal depression on the infant and child. In H. C. Morrison (Ed.), *Children of depressed parent: risk, identification and intervention*. London: Grune & Stratton.
- Bakeman, R. & Brown, J. V. (1977). Behavioral dialogues: An approach to the assessment of mother-infant interaction. *Child Development*, 48, 195-203.
- Bernal, J. (1972). Crying during the first 10 days of life and maternal responses. *Dev. Med. Child Neurol.*, 14, 362.
- Bettes, B. A. (1988). Maternal depression and motherese: temporal and intonational features. *Child Development*, 59, 1089-1096.
- Bibring, G. L., Dwyer, T. F., Huntington, D. S. & Valenstein, A. F. (1961). A study of the psychological processes in pregnancy and of the earliest mother-child relationship. *Psychoanalytic Study of the Child*, 16, 9-72.
- Brazelton, T. B. (1987). O bebé: parceiro na interacção. In T. B. Brazelton, B. Cramer, L. Kreisler, R. Shappi & M. Soule (Eds.), *A dinâmica do bebé*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Breen, D. (1975). *The birth of a first child*. London: Tavistock.
- Brown, N. J., Bakeman, R., Snyder, P. A., Fredrickson, W. T., Morgan, S. T. & Helper, R. (1975). Interactions of black inner-city mothers with their newborn infants. *Child Development*, 46, 677-686.
- Caplan, H. L., Cogill, S. R., Alexandra, H., Robson, K. M., Katz, R. & Kumar, R. (1989). Maternal depression and the development of the child. *Brit. J. Psychiat.*, 154, 818-822.
- Cogill, S. R., Caplan, H. L., Alexandra, H., Robson, K. M., Katz, R. & Kumar, R. (1986). Impact of maternal postnatal depression on cognitive development of young children. *British Medical Journal*, 292, 1165-1167.
- Cohen, E. S. & Beckwith, L. (1976). Maternal language in infancy. *Developmental Psychology*, 13, 371-372.
- Cohler, B. J., Weiss, J. L. & Grunebaum, H. U. (1970). Child care attitudes and emotional disturbance among mother of young children. *Genetic Psychology Monographs*, 82, 3-47.
- Cohn, J. F. & Tronick, E. Z. (1983). Three-month-old infants reaction to simulated maternal depression. *Child Development*, 54, 185-193.
- Cohn, J. F., Matis, R., Tronick, E. Z., Connell, D. & Lyon-Ruth, K. (1986). Face to face interactions of depressed mothers and their infants. In E. Z. Tronick & T. Field (Eds.), *Maternal depression and infant disturbance*. *New Directions for Child Development*, 34, 31-45.
- Cohn, J. F., Campbell, S. B., Matis, R. & Hopkins, J. (1990). Face-to-face interactions of postpartum depressed and nondepressed mother-infant pairs at 2 months. *Developmental Psychology*, 26, 15-23.
- D'Orban, P. T. (1979). Women who kill their children. *Brit. J. Psychiat.*, 134, 560-571.
- Field, T. M. (1984). Early interaction between infants and their postpartum depressed mothers. *Infant Behavior and Development*, 7, 517-522.
- Field, T. & Pawlby, S. (1980). Early face-to-face interactions of

- British and American working and middle class mother-infant dyads. *Child Development*, 51, 437-446.
- Field, T., Sandberg, D., Garcia, R., Vega-Lahr, N., Goldstein, S. & Guy, L. (1985). Pregnancy problems, postpartum depression and early mother-infant interactions. *Developmental Psychology*, 21 (6), 1152-1156.
- Field, T., Vega-Lahr, N., Scafidi, F. & Goldstein, S. (1986). Effects of maternal unavailability on mother-infant interactions. *Infant Behavior and Development*, 9, 473-478.
- Field, T., Healy, B., Goldstein, S., Perry, S., Bendell, D., Schanberg, S., Zimmerman, E.A. & Kuhn, C. (1988). Infants of depressed mothers show "depressed" behavior even with nondepressed adults. *Child Development*, 59, 1569-1579.
- Field, T., Healy, B., Goldstein, S. & Guthertz, M. (1990). Behavior-state matching and synchronic in mother-infant interactions of nondepressed versus depressed dyads. *Developmental Psychology*, 26, 7-14.
- Fleming, A. S., Flett, G. L., Ruble, D. N. & Shaul, D. L. (1988). Postpartum adjustment in first-time mothers: relations between mood, maternal attitudes and mother-infant interactions. *Developmental Psychology*, 24, (1), 71-81.
- Frommer, E. A. & O'Shea, G. (1973). Antenatal identification of women liable to have problems in managing their infants. *Brit. J. Psychiat.*, 123, 149-156.
- Hall, D. J., Pawbly, S. J. & Wolkind, S. (1980). Early life experiences and later mothering behavior: a study of mothers and their 20 week old babies. In D. Schaffer & J. Dunn (Eds), *The first year of life: Psychological and medical implications of early experience*. Chichester: Wiley.
- Hubert, J. (1974). Belief and reality: social factors in pregnancy and childbirth. In M. P. M. Richards (Ed.), *The integration of a child into a social world*. Cambridge: Cambridge Univ. Press.
- Klaus, M. H. & Kennell, J. H. (1976). *Maternal-infant bonding*. Saint Louis: The C. V. Mosby Company.
- Kumar, R. & Robson, K. M. (1984). A prospective study of emotional disorders in childbearing women. *Brit. J. Psychiat.*, 144, 35-47.
- Lewis, M. & Wilson, C. D. (1972). Infant development in lower class american families. *Human Development*, 15, 112-127.
- Lyons-Ruth, K., Zoll, D., Connell, D. & Grunebaum, H. V. (1986). Environment, interaction, attachment and maternal depression and infant development. In E. Z. Tronick & T. Field (Eds), *Maternal depression and infant disturbance. New Directions for Child Development*, 34, 61-82.
- Maccoby, E.E. & Martin, J. A. (1983). Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In P. H. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology*. New York: John Wiley.
- Margison, F. (1982). The pathology of the mother-child relationship. In I. F. Brockington & R. Kumar (Eds), *Motherhood and mental illness*. London: Academic Press, Inc.
- Melhuish, C., Gambles, C. & Kumar, R. (1988). Maternal mental illness and mother-infant relationship. In R. Kumar & I. F. Brockington (Eds), *Motherhood and mental illness* (vol. II). London: John Wright.
- Ragozin, A. S., Basham, R. B., Crinic, K. A., Greenberg, M. T. & Robinson, N. M. (1982). Effect of maternal age on parenting role. *Developmental Psychology*, 18, 627-634.
- Robson, K. M. & Kumar, R. (1980). Delayed onset of maternal affection after childbirth. *Brit. J. Psychiat.*, 136, 347-353.
- Rutter, M. (1990). Commentary: some focus and process consideration regarding effects of parental depression on children. *Developmental Psychology*, 26, 60-67.
- Sameroff, A. J., Seifer, R. & Zax, M. (1982). Early development of children at risk for emotional disorder. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 47 (7), serial nº 199.
- Schachter, J., Elmer, E., Ragins, N. & Wimberly, F. (1977). Assessment of mother infant interaction: schizophrenic and non-schizophrenic mother. *Merril Palmer Q.*, 23 (3), 193-206.
- Schaffer (1979). *Saber ser mãe*. Lisboa: Moraes.
- Sobel, D. E. (1961). Children of schizophrenic parents: preliminary observations of early development. *American Journal of Psychiatry*, 118, 512-517.
- Stem, D. (1980). *Bébé-mãe: primeira relação*. Lisboa: Moraes Editores.
- Thoman, E. B., Turner, A. M., Leiderman, P. H. & Barnett, C. R. (1970). Neonate mother interaction: effects of parity in feeding behaviour. *Child Development*, 6, 110-118.
- Tronick, E. Z. & Gianino, A. F. (1986). The transmission of maternal disturbance to the infant. In E. Z. Tronick & T. Field (Eds), *Maternal depression and infant disturbance. New Directions for Child Development*, 34, 5-11.
- Tryphonopoulou, Y & Doxiades, N. (1972). The effect of elective caesarian section on the initial stage of mother-infant relationship. In N. Morris (Ed), *Psychosomatic medicine in obstetrics and gynaecology*. Basel: Karger.
- Tulkin, S. R. & Kagen, J. (1972). Mother-child interaction in the first year of life. *Child Development*, 43, 31-41.
- Uddenberg, N. (1974). Reproductive adaptation in mother and daughter. *Acta Psychiat. Scand.*, Suppl. 254.
- Uddenberg, N. & Eglsson, I. (1978). Prognosis of postpartum mental disturbance. A prospective study of women and their 4 1/2 year-old children. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 58, 201-212.
- Weissman, M. M., Paykel, E. S. & Klerman, G. L. (1972). The depressed women as a mother. *Soc. Psychiat.*, 7, 98-108.
- Weissman, M. et al (1984). Psychopathology in the children (ages 6-18) of depressed and normal parents. *J. Am. Acad. Child Psychiat.*, 23 (1), 78-84.
- Weissman, M. M., Gammon, D., John, K., Merikangas, K. R., Warner, J., Prusoff, B. A. & Sholomskas, D. (1987). Children of depressed parents. *Arch. Gen. Psychiatry*, 44, 847-853.
- Zajonc, R. B. (1980). Feeling and thinking: preferences need no inferences. *American Psychologist*, 35, 151-175.

ABSTRACT

POSTPARTUM DEPRESSION AND MOTHER-CHILD INTERACTION

The depression of the mother is a very common situation during the first year of life of the child. This article presents, analyses and discusses the methods and results of studies which investigate the alterations of the early mother-child interaction in the case of the mother being depressed after childbirth.

RÉSUMÉ

DÉPRESSION DU POSTPARTUM ET INTERACTION MÈRE-BÉBÉ

La dépression de la mère est une situation très fréquente pendant la première année de la vie de l'enfant. Cet article présente, analyse et discute la méthodologie et les résultats des études qui cherchent les altérations qui souffrent l'interaction précoce mère-bébé dans le cas où la mère se déprime après l'accouchement.

SISTEMA PROJECTOS: ORIENTAÇÃO VOCACIONAL APOIADA POR COMPUTADOR (*)

MARIA DO CÉU TAVEIRA (**)

UNIVERSIDADE DO MINHO

Apresenta-se um projecto de um sistema de orientação vocacional apoiado por computador para ser utilizado sobretudo junto de jovens, desenvolvido em Hypermedia e no ambiente Supercard: o sistema PROJECTOS. Na fase actual de desenvolvimento de PROJECTOS, os utilizadores interagem com o computador de modo a explorar os seus interesses vocacionais em diferentes domínios e níveis profissionais e a obter informação válida e detalhada sobre as formações pós básicas não-superiores e superiores, oferecidas em instituições públicas e/ou privadas do País, e relacionadas com os referidos domínios de interesses vocacionais. O sistema está a ser concebido para incluir outras componentes, como por exemplo, a exploração das realidades do mundo profissional e do emprego, a análise e a preparação de competências de procura de emprego, o apoio na formulação e implementação de projectos vocacionais. PROJECTOS pode ser utilizado em contextos típicos para a oferta de serviços de orientação e de consulta psicológica vocacional - escolas secundárias, centros de emprego, de orientação escolar e profissional e de formação profissional, de juventude, privados ou públicos.

PROJECTOS é um protótipo em fase de desenvolvimento e, por isso, não é ainda possível apresentar elementos de avaliação da sua utilização. Descrevem-se, sumariamente, o racional, os objetivos, a estrutura e possíveis orientações futuras do desenvolvimento do sistema, à luz das questões e dos resultados dos estudos de investigação neste domínio. Referem-se, ainda, sugestões para o uso eficaz desta tecnologia pelos profissionais da orientação.

INTRODUÇÃO

Nos últimos vinte anos, assiste-se a um desenvolvimento considerável do uso dos computadores na orientação vocacional, com impacto tanto na organização e na qualidade dos

serviços oferecidos aos clientes, como na formação dos profissionais a trabalhar nesta área.

As dificuldades dos profissionais da orientação em apresentar meios eficazes de exploração vocacional e, dos clientes, em explorar a informação ao seu dispor, podem ser superadas, em parte, pelas inovações tecnológicas, nomeadamente pelo computador. A investigação tem demonstrado que os alunos preferem os computadores aos livros, a audiovisuais ou a outros meios tradicionais e, em termos de resultados, os sistemas de orientação vocacional assistidos por computador (Computer Assisted Guidance Systems-CAGS's) têm contribuído para promover uma maior consciência da necessidade de planejar decisões e para facilitar e motivar para a exploração vocacional (cf. Taveira & Campos, 1989a). Segundo Sampson, Peterson e Reardon (1989) os sistemas existentes podem oferecer ao utilizador possibilidade de:

(i) avaliar atributos pessoais (interesses, valores, capacidades e competências) a partir de questionários ou testes, realizados directamente no computador e, pela obtenção de perfis pessoais e de sumários escritos sobre os resultados obtidos;

(ii) explorar informação sobre as formações e as profissões, em geral, a partir de listagens;

(iii) relacionar atributos pessoais com atributos das formações e das profissões;

(iv) identificar e enunciar alternativas vocacionais;

(*) O desenvolvimento do sistema PROJECTOS inseriu-se no contexto de uma investigação mais alargada sobre "Novas Tecnologias de Informação e Desenvolvimento Vocacional", para efeitos de apresentação de provas de doutoramento, sob a orientação do Prof. Doutor Bartolo Paiva Campos, e financiada pelo Centro de Investigação da Universidade do Porto, I.N.I.C. (Projecto C, da linha de Acção nº1) e pela Fundação Calouste Gulbenkian. Este projecto constitui também o projecto P21 do PROGRAMA PETRA. Uma primeira versão deste texto foi apresentada na Conferência Internacional da AIOSP/IAEVG "Serviços de Orientação para os Anos 90", Lisboa, 9-13 de Set., 1991.

(**) Nota da Redacção: À data da recepção deste artigo, o autor era assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Actualmente, integra, como assistente, o corpo docente do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Por esse motivo foi decidido privilegiar o vínculo profissional actual em detrimento daquele que existia à data de recepção do artigo. A correspondência para este artigo deve ser enviada para: Maria do Céu Taveira, Instituto de Educação, Universidade do Minho, Rua Abade da Loureira, 4700 BRAGA.

(v) aprender um processo de tomada de decisão bem como estratégias de acção.

As teorias de Ginzberg, Ginsburg, Axelrad e Herma (1951) e de Super (1953) têm desempenhado um papel fundamental na concepção da estrutura e dos conteúdos deste tipo de meios de exploração vocacional. Na generalidade, os sistemas utilizam modos sequenciais e lineares de apresentação dos conteúdos, sob forma de texto, e reflectem a sequência de estádios do desenvolvimento vocacional conceptualizados por aqueles autores. As estruturas concebidas para os CAGS's procuram representar um processo de tomada de decisão racional e têm sido sobretudo as conceptualizações de Tiedman e O'Hara (1963) e de Katz (1966) aquelas que mais têm influenciado a concepção das rotinas de tais sistemas. Ainda, o sistema de classificação profissional de Roe (1956) e o sistema hexagonal de Holland (1966) têm sido preferidos como racional para definir as estratégias de procura e de classificação da informação nos CAGS's (cf. Rayman, 1990; Sampson, Peterson & Reardon, 1989).

Após uma análise das práticas e das competências profissionais correntes e das necessidades dos jovens do ensino secundário no País e, tomando em consideração as oportunidades que as novas tecnologias de informação oferecem nesta área, iniciou-se, em 1988, no Instituto de Consulta Psicológica, Formação e Desenvolvimento, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, o desenvolvimento do protótipo PROJECTOS, um sistema de orientação vocacional apoiado por computador e destinado sobretudo a jovens do ensino secundário.

PROJECTOS: Objectivos e âmbito

PROJECTOS é um meio de orientação destinado a facilitar a exploração vocacional e o investimento pessoal no planeamento da carreira. Dedicar-se-á fundamentalmente a jovens que terminam a escolaridade básica ou se encontram no ensino secundário ou superior, ou a jovens que interromperam os seus estudos e pretendem reiniciá-los. Isto é, jovens que, de uma forma ou de outra, se vêm confrontados com a necessidade de tomar decisões imediatas sobre o seu futuro escolar e profissional.

Trata-se de um apoio externo ao processo de relação de ajuda vocacional e está a ser concebido para o atendimento individual de jovens. No entanto, poderá ser modificado para ser utilizado em intervenções de grupo ou junto de outros tipos de populações.

Pressupõe-se que irá ser utilizado em contextos típicos para a oferta de serviços públicos ou privados de orientação-escolas, centros de emprego e de formação profissional, centros de orientação vocacional e de inserção sócio-profissional de jovens, centros de juventude. Quando os jovens recorrerem a esses serviços, de acordo com o seu problema, poderão ser encaminhados para o sistema PROJECTOS e, durante e/ou imediatamente a seguir à interacção com o sistema, seria importante que recebessem apoio dos profissionais. Valoriza-se, deste modo, o envolvimento dos profissionais da orientação com o sistema, antes, durante, e depois da sua utilização pelos jovens.

O profissional da orientação é, pois, quem determina a

necessidade e o(s) modo(s) de usar PROJECTOS, de acordo com a congruência percebida entre as necessidades do utilizador e os objectivos e possibilidades do programa e, ainda, de acordo com as capacidades (emocional, física e cognitiva) do utilizador para interagir com o mesmo (Sampson, Peterson & Reardon, 1989). Quando o profissional considerar que o seu uso é necessário, seria importante recomendar padrões específicos de exploração do sistema, de acordo com as necessidades e pedidos dos clientes. As intervenções dos profissionais durante a interacção com PROJECTOS, destinar-se-iam a preparar os jovens para um uso eficaz dos módulos do sistema, apoiando-os na aquisição de uma atitude exploratória face à resolução do problema vocacional e na interpretação de resultados produzidos pelo sistema. Depois dos clientes usarem o sistema, seria importante apoiá-los na implementação de um plano vocacional específico e/ou identificar outras fontes e actividades que poderão ajudar a resolver os problemas vocacionais em questão.

PROJECTOS: Estrutura, racional, estilo, conteúdos e procedimentos

PROJECTOS é constituído por um conjunto de quatro componentes principais, independentes, mas interrelacionadas: Exploração dos Interesses Vocacionais, Exploração das Formações, Exploração das Profissões e do Emprego e, Avaliação do Projecto Vocacional. O utilizador poderá consultar uma ou mais componentes do programa, de acordo com os seus interesses e necessidades.

Na concepção de cada uma destas componentes bem como das relações entre si, considerou-se que o problema da orientação vocacional é um problema essencialmente de elaboração e de implementação de projectos vocacionais e que o foco da intervenção é a relação que o sujeito estabelece com o mundo, através dos processos de exploração e de investimento, de natureza simultaneamente afectiva e cognitiva e, indissociáveis da acção (Coimbra & Campos, 1991, comunicação pessoal).

A exploração vocacional é encarada como o processo de relação do indivíduo com contextos particulares de vida, no qual podem ocorrer diferentes níveis de investimento. Estes processos constituem pontos de partida para sucessivas redefinições da relação do sujeito com o mundo vocacional e para reorganizações do seu sistema pessoal, ao longo do tempo. Cada uma das componentes desta relação-o indivíduo e o mundo (das formações, das profissões e do emprego)-está sempre presente no processo de consulta psicológica vocacional. Assim, quando nas actividades e meios de consulta, o foco é o indivíduo, é a construção individual sobre o mundo que se está a abordar; mas também quando a intervenção se focaliza, através das suas actividades e meios, nas oportunidades educativas, profissionais e de emprego, é a identidade pessoal e as mudanças no auto-conceito dos indivíduos relacionadas com aquele mundo, o objecto da abordagem (Taveira & Campos, 1989b, comunicação pessoal).

Nesta perspectiva, todas as actividades de intervenção estão orientadas para o problema vocacional e para o modo como o sujeito o põe. Isto é, um objectivo fundamental é proporcionar a possibilidade de o/a cliente se questionar,

posicionar, reflectir, ou seja, explorar o seu investimento na relação com o mundo vocacional, através de actividades de confrontação mais ou menos directa com esse mundo (Coimbra & Campos, 1991, comunicação pessoal).

PROJECTOS pode constituir um meio de representação do mundo vocacional, a partir do qual se poderão desenvolver actividades de exploração dos investimentos actuais e futuros dos seus utilizadores, no quadro de um contexto interpessoal de ajuda que possibilite e favoreça ocasiões regulares de integração, centradas na análise e na reflexão do que está a ocorrer.

Apresenta-se de seguida a descrição global da estrutura e do funcionamento das componentes do sistema PROJECTOS concebidas e realizadas até ao momento, tendo em conta o seu estado actual de desenvolvimento. Isto é, as componentes Exploração dos Interesses Vocacionais e Exploração das Formações. As componentes Exploração das Profissões e do Emprego e Avaliação do Projecto Vocacional estão ainda em desenvolvimento e procurarão, respectivamente, apoiar os jovens nas actividades de exploração do investimento face ao mundo profissional e, introduzir, ao longo do programa, procedimentos de apoio ao questionamento, à reflexão e ao posicionamento face às realidades educativa e profissional.

PROJECTOS: Exploração dos interesses vocacionais

Na componente Exploração dos Interesses Vocacionais, o utilizador começa por realizar um questionário de interesses profissionais, a partir do qual obtém um perfil de valores relativo ao seu grau de interesse ou de desinteresse nos domínios clássicos das classificações profissionais. A classificação dos interesses adoptada é a de Lilla e de Robert Knapp (1974), baseada no racional de Roe (1956). Certos domínios desta classificação subdividem-se em dois níveis: o Nível Superior e o Nível Intermédio, tendo em conta graus de formação e de responsabilidade exigidos. No total, os utilizadores podem inventariar os seus interesses por catorze domínios profissionais distintos: Ciência, Tecnologia, Negócios, Serviços, Burocracia, Comunicação, Economia do Consumidor, Ar Livre, Arte.

A partir do perfil, representado no écran, o utilizador pode recorrer directamente a definições de cada um dos grupos de interesses vocacionais, bastando para isso que selecione o seu nome. Ainda a partir do perfil, e utilizando o mesmo procedimento, é possível rever as respostas dadas aos itens de cada grupo de interesses e, caso se deseje, modificá-las, alterando-se automaticamente o perfil de interesses. O utilizador pode também obter uma cópia, em papel, do seu perfil de resultados, especialmente formatada para o efeito. Se durante estas actividades o jovem conta com a presença do profissional de orientação, é oportunidade para o estabelecimento de um diálogo que facilite a compreensão do significado dos seus resultados, a exploração e o investimento face a alternativas e a eliminação de crenças quanto ao poder mágico do questionário na resolução do seu problema vocacional.

Em suma, a partir do perfil de interesses, o utilizador pode identificar grupos de interesses profissionais mais relevantes para exploração ulterior. Para além disso, o programa, baseado numa avaliação das respostas ao questionário, oferece

recomendações sobre o número e o tipo de domínios relevantes a explorar. Um primeiro nível desta exploração ocorre já nesta componente. Relativamente a cada um dos grupos de interesses profissionais, o utilizador pode ter acesso:

(i) a uma lista dos cursos, superiores ou secundários, que mais se relacionam com o grupo de interesses profissionais em causa;

(ii) a uma lista de profissões relacionadas com o domínio que está a explorar;

(iii) a uma lista de competências a desenvolver para responder às exigências de tais profissões - por exemplo, no domínio Ciência-Nível Superior, "saber como usar equipamento laboratorial e científico" ou "realizar tarefas que exijam precisão";

(iv) a uma lista de actividades que poderá realizar para desenvolver interesses vocacionais no domínio em causa. Por exemplo, na Ciência-Nível Superior, "pertencer a clubes de biologia", ou "coleccionar rochas e materiais".

No futuro, nesta parte do programa, o utilizador poderá também directamente a partir do écran, aceder a um vídeo sobre os ambientes profissionais mais típicos do domínio de interesses em exploração.

A informação relativa a cada grupo de interesses profissionais baseou-se igualmente no sistema de classificação e nos materiais produzidos por Knapp & Knapp (1974, 1983), com adaptações à realidade portuguesa. Seria importante prosseguir estudos de adaptação e de actualização deste tipo de dados. Para tal, será necessária a colaboração estreita dos organismos mais dedicados à recolha e tratamento de dados sobre o mundo Profissional, a nível regional e nacional.

PROJECTOS: Exploração das formações

A componente Exploração das Formações permite explorar as características das formações secundárias e superiores (universitárias e politécnicas), ministradas em instituições públicas e privadas, a nível nacional.

A base de dados sobre o ensino secundário inclui informações sobre a designação dos cursos, a via de estudos ou modalidade de formação a que se referem, a área de estudos a que pertencem, a localização, o plano de estudos, e ligações ao ensino superior. No que respeita ao ensino superior, o protótipo oferece, para cada curso, informação sobre a sua designação, graus oferecidos, tutela, localização, duração, plano de estudos, condições de acesso e, ligações ao ensino secundário. Actualmente, a base de dados do ensino secundário permite o acesso a informações sobre todos os cursos das vias vocacional e técnico-profissional, sobre os cursos das escolas profissionais e sobre os cursos da aprendizagem. Nesta componente, a informação sobre as formações está igualmente organizada segundo a classificação de interesses vocacionais adoptada.

Os procedimentos para a exploração vocacional nesta componente estão a ser concebidos de modo a permitir ao utilizador dois tipos de procura - procura *directa* e procura *estruturada*.

A procura directa destina-se às situações em que o utilizador é capaz de definir e seleccionar previamente os critérios pelos quais quer procurar a informação. Por exemplo, o utilizador pode decidir explorar a base de dados do ensino

superior, para saber onde existe o curso de Medicina. Para obter informação, basta seleccionar esse critério no ecrã e a informação é oferecida, imediatamente, sob a forma de texto, de imagem, ou de ambas.

A procura estruturada destina-se às situações em que os utilizadores não são capazes de definir ou de seleccionar previamente os critérios de procura. Nestes casos, o programa oferece sugestões e ajudas para a exploração da informação disponível. Por exemplo, o utilizador pode explorar o ensino superior a partir de resposta a questões colocadas, a partir de esquemas, ou de outro tipo de informações sobre a estrutura deste nível de ensino, os critérios de classificação dos cursos, etc.

O perfil de interesses pode constituir também um ponto de partida para a exploração da informação incluída nesta componente. Durante a exploração da lista de cursos relacionados com cada um dos domínios, na componente Exploração dos Interesses Vocacionais, os utilizadores podem seleccionar cursos secundários e/ou superiores, relacionados com o domínio em causa, e aceder directamente às bases de dados sobre os ensinos secundário e superior. Mais objectivamente, podem, por exemplo, seleccionar o nome de um curso superior e aceder a uma ficha com informação mais detalhada sobre o mesmo. Podem, também, de forma directa e imediata, saber que cursos do ensino secundário se relacionam com aquele curso superior e, mais uma vez, aprofundar informação sobre estes; ou, caso desejem, podem, sem necessidade de voltar ao perfil de interesses, explorar outro domínio de interesses, no que respeita às formações. Por outro lado, será possível, com o desenvolvimento do sistema, estabelecer ligações directas entre a informação sobre os cursos e o mundo das profissões e do emprego, em diferentes pontos da actividade de exploração das formações. Também, no caso do jovem estar a explorar o mundo profissional, será possível estabelecer relações, de modo fácil, com o mundo das formações.

Em suma, os utilizadores podem seleccionar um critério de classificação da informação e face a ele, comparar rápida e facilmente, várias alternativas de formação; ou, do mesmo modo, podem focar-se numa alternativa e, explorá-la em profundidade.

Com PROJECTOS o utilizador pode determinar diferentes percursos de exploração e, conseqüentemente, criar múltiplos significados sobre a informação, de acordo com os seus desejos e necessidades. Ao contrário dos sistemas congéneres, PROJECTOS baseia-se em modelos não-lineares e não-sequenciais de exploração da informação. Na interacção com este sistema, o utilizador não é obrigado a usar constantemente percursos ou vias de acesso pré-determinadas e, pode estabelecer ligações múltiplas entre as unidades de informação.

PROJECTOS: Software e hardware

O sistema PROJECTOS está a ser concebido em Super-Card. O Supercard é um produto *software* específico do computador Apple para Macintosh e baseia-se na filosofia dos produtos Hypertexto e Hypermedia. Trata-se de ambientes de exploração que permitem realizar transacções rápidas em unidades de informação e que favorecem o pensamento e a comunicação de ideias paralelas e múltiplas, numa sucessão não-linear e não sequencial, semelhante ao processo humano

de associação de idéias. PROJECTOS está a ser concebido para incluir cor, som e animação e para correr num computador Apple Macintosh IICx ou superior.

CONCLUSÃO

PROJECTOS pode constituir um meio para apoiar os sujeitos no desenvolvimento dos processos de exploração e de investimento vocacionais. Oferece um ambiente que inclui padrões não sequenciais e não-lineares de exploração no sentido de estimular, de forma mais eficaz, o pensamento flexível, a autonomia e a competência no planeamento da carreira. Para além disso, tem a vantagem de possibilitar a exploração a partir de vários modos de representação - texto, imagem, som - adequando-se a diferentes tipos de utilizadores. A estrutura e o estilo deste sistema favorecem níveis de interactividade elevados. Por outro lado, conferem-lhe grande flexibilidade no que respeita à introdução de desenvolvimentos ou alterações. Por último, consideramos que PROJECTOS pode constituir um meio eficaz para a investigação sobre o domínio vocacional, nomeadamente para o estudo dos processos de exploração vocacional de jovens adultos.

REFERÊNCIAS

- Coimbra, J. L., & Campos, B. P. (1991). Estratégias cognitivo-desenvolvimentais de exploração do investimento vocacional. Conferência Internacional da AIOSP/IAEVG "Serviços de Orientação para os Anos 90", Lisboa, 9-13 de Setembro.
- Ginzberg, E., Ginsburg, S., Axelrad, S., & Herma, J. (1951) *Occupational choice: an approach to a general theory*. New York: John Wiley & Sons.
- Holland, J. L. (1966) *The psychology of vocational choice*. Watham Mass: Blaisdell Publishing Co..
- Katz, M. R. (1966) A model of guidance for career decision making, *Vocational Guidance Quarterly*, 15, 2-10.
- Knapp, R. R., & Knapp, L. (1974) *Career Occupational Preference System Interest Inventory. Technical Manual*, 1974 Edition. San Diego: Edits.
- Knapp, R. R., & Knapp, L. (1983) *Career Cluster Booklets*. San Diego: Edits.
- Rayman, J. R. (1990). Computers and Career Counseling. In Bruce Walsh and Samuel Osipow (Eds.) *Career Counseling. Contemporary Topics in Vocational Psychology*, cap. 7, New York: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Roe, A. (1956). *The Psychology of Occupations*. N.Y.: Harper & Row.
- Sampson, J. P., Jr. (1990). Evaluating Computer-Assisted Career Guidance Systems: Synthesis and Implications. *Journal of Career Development*, 17, 2, 143-149.
- Sampson, J. P. Jr., Peterson, G., & Reardon, R. C. (1989) Counselor intervention strategies for computer assisted career guidance: an information processing approach. *Journal of Career Development*, 16, 2, 139-154.
- Super, D. E. (1953). A theory of vocational development. *American Psychologist*, 8, 189-90.
- Taveira, M. C., & Campos, B. P. (1989a). Novas Tecnologias de Informação e Orientação Vocacional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 5, 81-94.
- Taveira, M. C., & Campos, B. P. (1989b). Computer assisted career guidance for secondary education. *European Conference on Computers in Careers Guidance*, Cambridge, Julho de 1989.
- Tiedman, D., & O'Hara, R. (1963). *Career development: choice and*

adjustment. Princeton: College Entrance Examination Board.

ABSTRACT

PROJECTOS: A COMPUTER ASSISTED CAREER GUIDANCE SYSTEM

A computer assisted career guidance system- PROJECTOS, designed to help secondary students further in their career panning, is presented. The goals, rationale, scope, structure, content and procedures of the prototype are exemplified. PROJECTOS uses Hypermedia and Hypertext models and will help the students to explore career interests, to obtain and use relevant information about educational, occupational and employment options, and to formulate career projects. PROJECTOS will be used in the typical settings for the delivery of career counseling and guidance services such as secondary schools, youth and career counseling and guidance centers settled down in the community, and private offices. Some suggestions on the counselor intervention strategies to use this tool in practice are made.

RESUMÉ

PROJECTOS: UN SYSTEME INFORMATISE D'ORIENTATION PROFESSIONNELLE

PROJECTOS, un système informatisé d'orientation professionnelle pour les élèves du secondaire et créé en Hypermedia et Hypertext, est présenté. Les buts, le rationnel, la structure, le contenu et les étapes du système sont discutés. Suggestions pour le rôle du conseiller d'orientation en utilisant cet instrument d'intervention sont avancées. Dans cette première phase PROJECTOS se rapporte surtout à la recherche d'informations sur les intérêts vocationnels en domaines et professionnelles diverses. Toutefois, il est en train de donner réponse à d'autres questions comme, par exemple, l'exploration des réalités du monde professionnel, l'analyse et la préparation des compétences pour chercher un emploi et l'appui dans la formulation et l'implémentation de projets vocationnels. Etant donné qu'il s'agit d'un prototype en développement il n'est pas possible, pour le moment, d'avancer des éléments d'évaluation.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA

Amâncio da Costa Pinto

Amâncio da Costa Pinto
doutorou-se em 1985
no domínio da psicologia experimental e é actualmente professor associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Especialista nas áreas da metodologia psicológica e da aprendizagem e memória humanas

Este livro foi escrito para os alunos de licenciatura e mestrado que pretendem realizar uma investigação na área da psicologia e em certos domínios da educação. Numa linguagem bastante acessível e recorrendo a casos e exemplos elucidativos, o livro expõe e analisa o âmbito e limites dos principais métodos científicos com referência especial ao método descritivo, correlacional, diferencial e experimental. Outros aspectos abordados no livro incluem o papel das teorias e modelos na investigação científica, a natureza científica da investigação psicológica, as relações entre metodologia e estatística e o relato de uma investigação experimental.

Preço: 1280\$00 (portes e envio incluídos)
Pedidos para: cheque/vale postal à ordem de Jornal de Psicologia; Rua das Taipas, 76 - 4000 PORTO

DROGA E SIDA: QUAL A RELAÇÃO ? (*)

MARINA PRISTA GUERRA (**)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Neste artigo propomo-nos fazer uma abordagem geral da interdependência existente entre Droga e Sida com ênfase na Europa e Estados Unidos. Será feita uma análise dos problemas psicológicos que surgem no quadro da doença, e a respectiva relação com a experiência e vivência do toxicodependente. A sequência das reflexões será feita com base na literatura existente, na evolução que a doença está a seguir, com um aumento de casos entre os heterossexuais e dados epidemiológicos actualizados da situação em Portugal.

INTRODUÇÃO

A Sida é uma doença infecciosa e fatal que se transmite por contacto sexual ou por contaminação de produtos sanguíneos; apresenta, no seu percurso, além da sintomatologia especificamente médica, alguns aspectos psicológicos inerentes ao quadro.

Os problemas psicológicos que surgem no contexto da Sida tem sido atribuídos, quer sob o ponto de vista reaccional à doença em si, por se saber que esta é fatal e infecciosa, quer sob o ponto de vista orgânico, por penetração do vírus no sistema nervoso central que provoca determinada sintomatologia (ex: toxoplasmose, abscessos, encefalites etc.)

Os sintomas psicológicos mais comuns, quando se faz o diagnóstico da doença são: 1) a depressão com ruminções suicidas; 2) a revolta; e 3) a ansiedade manifestada por agitação, insónia, ataques de pânico. A apatia, a diminuição de libido e a culpabilidade, são outros aspectos que normalmente estão presentes.

Com a progressão da doença têm sido registados problemas neuropsiquiátricos onde podemos englobar perturbações de memória, falta de concentração e falta de socialização, entre outros.

Vemos assim que a Sida, sendo uma doença que ataca o sistema imunológico, apresenta também um quadro psicológico.

A RELAÇÃO DROGA E SIDA

Os grupos de alto risco para contraírem a doença são os

homossexuais, os bissexuais homens e os toxicómanos que usam a via endovenosa. Encontramos na literatura (Faulstich, 1987; Frierson, & Lippmann 1987; Price & Forejt, 1986) percentagens de 70% para o primeiro grupo e 20% para o segundo grupo, podendo, no entanto, haver diversidade nestes números, dependendo da zona geográfica específica que se está a analisar.

Actualmente na Europa, Espanha e Itália apontam, segundo a O.M.S., para mais de 50% dos casos de Sida atribuíveis à toxicodpendência.

Qual a situação da Sida em Portugal?

Segundo o Grupo de Trabalho da Sida no relatório de Janeiro de 1990 (documento 38), 348 casos foram até ao momento diagnosticados em Portugal (cf., Quadro 1).

| Diagnóstico de Origem | N | % |
|-------------------------|-----|------|
| Homossexuais/Bissexuais | 159 | 45,7 |
| Toxicodpendentes | 36 | 10,3 |
| Heterossexuais | 74 | 21,3 |
| Hemofílicos | 19 | 5,5 |
| Transfusões sanguíneas | 17 | 4,9 |
| Contágio mãe/filho | 1 | 0,3 |
| Causas desconhecidas | 42 | 12,1 |
| Total | 348 | 100 |

Quadro 1 - Número de indivíduos afectados pelo vírus da SIDA em Portugal e respectivos diagnósticos de origem (Fonte: Grupo de Trabalho de SIDA, Documento nº 38, Janeiro de 1990).

A implicação da droga versus Sida em Portugal pode, aparentemente, ser insignificante mas há que ter em mente os critérios que foram usados para determinar a toxicodpendência na implicação da aquisição da doença.

Numa reflexão feita sobre o assunto concluímos que os casos registados de Sida, aos quais se atribui a toxicode-

pendência, são unicamente os casos de indivíduos que se drogam, injectando-se. No entanto todos os parceiros heterossexuais destes indivíduos, bem como crianças geradas por mães toxicodpendentes, têm indirectamente uma ligação com a droga como meio causador da propagação da doença. Por outro lado, a prostituição, que vem associada ao fenómeno droga como meio de angariar recursos para o real e posterior prazer de se drogar, e ainda na mesma linha de raciocínio, a permissividade sexual depois do consumo de drogas daqueles indivíduos que costumam injectar-se em grupo, vem ampliar a possível transmissão pelos múltiplos contactos sexuais que se estabelecem.

Na sequência das reflexões feitas parece que a droga possa também estar eventualmente ligada a alguns casos registados em heterossexuais, sendo interessante analisar a inter-relação dos fenómenos.

ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA E PISTAS PARA INTERVENÇÃO PSICOLÓGICA

Em qualquer tipo de situação psicológica, o meio desempenha um papel importante na adaptação do indivíduo. No caso da doença em geral, os aspectos fisiológicos e psicológicos não podem ser desinseridos de um contexto social.

Quando se constata que um indivíduo tem uma doença fatal, como por exemplo o cancro, esta condição já é em si suficiente para provocar nele um desequilíbrio que também se reflecte no sistema familiar. No caso da Sida esta situação é agravada devido às características da doença (ser contagiosa e na maioria das vezes adquirida por "culpabilidade" dos pacientes).

Como é sabido, quer o homossexualismo quer a toxicodpendência são condenados pela maioria das normas sociais vigentes. Há aqui, implicitamente, uma rejeição a estes doentes pela sociedade em geral e pelos seus familiares. Certos conflitos latentes relacionados como o homossexualismo ou a toxicodpendência, muitas vezes só são descobertos quando surge o quadro clínico da doença e temos então uma avalanche de problemas, emoções e sentimentos em jogo. Os familiares e mesmo os profissionais de saúde, manifestam também as suas emoções e vivências face a esta situação. Primeiro, o medo de contraírem a doença devido ao contacto com os pacientes, o que os leva depois a um afastamento físico deles e que se reflecte finalmente num afastamento psicológico. Tanto a O.M.S. como em Portugal o Grupo de Trabalho da Sida, propõem as suas directrizes para se evitar a contracção da doença e os estudos efectuados até ao momento parecem indicar que não se transmite por contacto social (e.g., Grupo de Trabalho da Sida, 1990; Riesenberg, 1986; Surveillance du Sida en Europe, 1987).

Vemos assim que a ambivalência dos sentimentos está presente nos familiares e pessoas que lidam directamente com estes indivíduos, por um lado, querendo ajudar minimizando o sofrimento deles mas, por outro lado, a revolta dos comportamentos subjacentes que os levaram a contraírem a doença, e a vergonha social de se ter um familiar ou um amigo com Sida.

Pode levantar-se a hipótese de a intervenção psicológica não ser só dirigida ao doente mas também aos outros sistemas em interacção com ele. A utilização de grupos de suporte pode ser útil, neste caso específico, como tem sido

relevante noutras situações de doença como o cancro. Todo um trabalho de aceitação da doença e conscientização do que pode ser feito para evitar a propagação da mesma a outros, poderia enfatizar os aspectos positivos, os prazeres de cada um e a manutenção das mesmas actividades.

Muitas vezes, os que são detectados como seropositivos sofrem de grande ansiedade na incerteza de vir ou não a contraírem a doença. Há todo um trabalho de dar um destino ao destino de se ser seropositivo, integrando o indivíduo na sociedade e ao mesmo tempo conscientizando-o da sua colaboração de forma que evite deliberadamente propagar a doença.

Os doentes com Sida assumem posições, muitas vezes diversas, quando são informados de que são portadores. Há desde o "arrepentimento" por comportamentos que não são considerados positivos, até à revolta e à vontade de propagar a doença a terceiros. Nesta perspectiva, é de salientar que o grupo de pertença (homossexual/bissexual ou drogado) tem alguma importância na compreensão geral da problemática (e.g., Holland & Tross, 1985).

Centrando-nos de modo específico nos toxicodpendentes que usam drogas injectáveis, deparamos, independentemente da doença Sida, com uma série de problemas psicológicos e comportamentos desviantes aos quais não se pode estar alheio. A maior parte dos estudos levados a cabo nesta área (e.g., Musacchio, 1989) apontam que este grupo tem mais problemas psicológicos do que a população em geral, com preponderância de desvios psicopáticos que se manifestam entre outras características por:

- Baixa tolerância à frustração;
- Irresponsabilidade;
- Falta de remorso ou vergonha;
- Incapacidade de seguir qualquer plano de vida.

Alguns estudos feitos não conseguiram ainda detectar se esses desvios são integrantes da personalidade do indivíduo, como predisposto à droga, ou se são fruto de anos em cuja experiência com a droga desencadeou os seus efeitos psicológicos e sociais. No entanto podemos levantar a hipótese que, quando os toxicodpendentes contraírem a doença ou são testados seropositivamente ao vírus, as reacções psicológicas que manifestam — revolta, ansiedade, tentativas de auto-destruição através de aumento de droga ou tentativa de agressão a terceiros com o intuito de propagar deliberadamente a doença — pressupõem um "background" que já estava parcialmente implantado, sendo exacerbado pela doença (e.g., Guerra, 1989).

Numa perspectiva de intervenção é de realçar esse aspecto, pois normalmente todas as implicações psicológicas da Sida são apenas atribuíveis ao facto de se saber ter uma doença infecciosa incurável ou então às alterações neurofisiológicas que o vírus pode provocar a nível do sistema nervoso central.

ALTERAÇÕES DE COMPORTAMENTO PARA REDUZIR O RISCO DA SIDA NOS TOXICODPENDENTES

As sugestões dadas pelo Grupo de Trabalho da Sida e pela Organização Mundial de Saúde, para a prevenção da Sida, resumem-se essencialmente ao uso de seringas e agulhas estéreis, nos toxicodpendentes, e uso de preservativos nos contactos sexuais. Estas orientações tornam-se mais difíceis

(*) Artigo baseado em comunicação apresentada na Primeira Conferência Internacional de Consulta Psicológica - Porto Julho de 88

(**) Assistente da Faculdade de Psicologia e Ciências de Educação da Universidade do Porto.

- Membro do Centro de Psicologia do Comportamento Desviante da referida Faculdade.

A correspondência para este artigo deve ser enviada para: Marina Prista Guerra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua das Taipas, 76 - 4000 PORTO.

de alcançar na prática, sobretudo tratando-se de toxicodependentes.

A título informativo, Martin (1987) refere a cooperação e alteração de práticas sexuais de prevenção tais como a redução de número de parceiros e o uso de preservativos no grupo de homossexuais. Ancelle (1989), verificou que actualmente na evolução dos grupos de risco há uma diminuição de novos casos de seropositividade no grupo dos homossexuais e aumento entre os toxicodependentes.

A importância da relação Droga e Sida, conduziu já alguns estudos no estrangeiro que nos apontam para taxas relativamente elevadas de seropositivos entre o grupo de toxicodependentes. Musacchio (1989), baseado em uma investigação levada a cabo em Buenos Aires, concluiu que aproximadamente 35% dos toxicodependentes que usam via endovenosa já são seropositivos. Espinoza, (1989) num estudo mais restrito a um ambiente carceral (Prisão de Fresnes) constatou uma taxa de seropositividade de 61% entre os 113 toxicodependentes encarcerados.

Como é sabido estes toxicodependentes que se sujeitam à pesquisa e fizeram rastreio são apenas uma minoria, pois a população de toxicómanos não é verdadeiramente conhecida, nem em Portugal nem em outra parte do mundo, porque só quando há uma tentativa do próprio ou da família para recuperação ou assistência médica, ou então quando devido ao sistema judicial os indivíduos são "apanhados", é que é possível termos estatísticas que todavia não correspondem no seu todo à realidade. O padrão comportamental do toxicómano é considerado subordinado ao desejo da droga e a dificuldade em se conscientizar que a Sida pode atingi-los é marcante, devido ao facto de o período de latência da doença ser grande e, sobretudo em Portugal, os efeitos não estarem ainda à vista.

Jarlais et al. (1985), publicaram um trabalho de campo realizado em Nova Iorque em 1983, em que os investigadores observaram e entrevistaram os indivíduos dependentes no próprio local onde se transacciona a droga. Constataram alguma preocupação dos toxicómanos em adquirir seringas estéreis. No entanto, a preocupação não significa necessariamente acção. Após entrevistarem 18 toxicodependentes puderam constatar que: 1) Os toxicodependentes adquirem, normalmente, as seringas juntamente com a droga nos traficantes; 2) se houver seringas e agulhas estéreis no momento eles optam por elas; e 3) caso contrário, o desejo após ter a droga em seu poder é tão intenso que não permite a espera da aquisição de seringas noutra lugar. Este último aspecto tem sido comprovado, até à data na investigação do Centro de Psicologia do Comportamento Desviante da Universidade do Porto. O facto de ter a droga em seu poder pode provocar ou intensificar o síndrome de abstinência. Reconhece-se que há dificuldades a nível psicológico quase intransponíveis, do dependente, face ao desejo imediato após a aquisição da droga. Poder-se-ia sugerir a aquisição de seringas antes de procurar a droga como um paliativo para que se pudesse prevenir a Sida na longa caminhada de combate à droga. É uma hipótese que como as outras medidas preventivas não deveria ser transmitida isoladamente mas integrada num processo de intervenção global, como tem sido sugerido (e.g., Cohen & Weisman, 1986; Guerra, 1989).

Não podemos também deixar de referir que, apesar do uso das seringas contaminadas ser considerado o meio mais comum de propagação da Sida entre os toxicodependentes, o aspecto da contaminação sexual não pode ser esquecido, sendo

ainda mais difícil de limitar pelos meios preventivos. A dinâmica sexual destes indivíduos tem um papel muito diferente do que a princípio se poderia especular, pois constata-se que os efeitos da toxicomania eliminam ou diminuem o desejo e o desempenho sexual. A vivência sexual é muitas vezes associada à prostituição como recurso financeiro. Neste âmbito, a grande promiscuidade de trocas de parceiros dá ao fenómeno da droga proporções mais importantes do que se poderia supor, como já anteriormente referimos.

A prevenção da Sida, por contaminação sexual, torna-se complexa mesmo tendo em conta o uso de preservativos. As características de personalidade mais frequentemente encontradas levantam interrogações para a cooperação com os meios preventivos.

No contexto da doença Sida em geral e especificamente nos toxicodependentes, a modificação adequada dos comportamentos preventivos à doença é difícil de alcançar isoladamente. Urge realçar a importância de uma intervenção global, não só com os próprios indivíduos mas com todas as pessoas que lidam com eles, desde os profissionais de saúde aos familiares. Contamos à partida com algumas dificuldades psicológicas do próprio drogado e com as normas sociais em torno da problemática que é preciso desmistificar, para atingirmos o âmago da questão, para sairmos do ciclo vicioso: os drogados não cooperam - a sociedade rejeita-os, afasta-os e pune-os - os toxicodependentes sentem-se marginalizados e revoltam-se, tentando romper ainda mais as normas sociais com comportamentos auto-destrutivos ou agressivos.

CONCLUSÃO

Procurou-se salientar as diversas vias indirectas de propagação da doença, devido à toxicodependência, e também fazer uma reflexão mais aprofundada do que os números na realidade podem significar. Por outro lado, ao analisar os problemas psicológicos chama-se a atenção para algumas características de personalidade dos toxicómanos, enfatizando assim a exarcebação de sintomatologia, já presente antes da doença neste grupo e consequentes dificuldades de cooperação no evitar da propagação de Sida.

A análise de conflitos latentes, vivenciados pelos próprios doentes e a ambivalência muitas vezes gerada no meio familiar, social e médico, fornece dados que parecem indicar a necessidade de uma intervenção psicológica a vários níveis e não só restrita a doentes afectados.

REFERÊNCIAS

- Ancelle, R. (1989). La situation européenne. *Retrovirus - Sida e toxicomanie* (3), Numéro spécial.
- Cohen, M. & Weisman H. (1986). A biopsichosocial approach to Aids. *Psychosomatics*, 27 (4), 245-249
- Espinoza, P. (1989). SIDA & prison. *Retrovirus - Sida e toxicomanie* (3) Numéro Spécial
- Faulstich, M. (1987). Psychiatric aspects of Aids. *American Journal of Psychiatry* 144 (5), 551-556
- Frierson, R. & Lippman, S. (1987). Psychological implications of Aids. *AFP* 35 (3), 109-116.

- Grupo de Trabalho da Sida. *Documento* (38). Janeiro de 1990.
- Guerra, M.P. (1989) Reflexões sobre problemas psicológicos e comportamentos desviantes na SIDA. *Jornal de Psicologia*, 8 (3), 18-21.
- Holland, J. & Tross, S. (1985). The psychosocial and neuropsychiatric sequelae of acquired immunodeficiency syndrome and related disorders. *Annals of Internal Medicine*, 103, 760-764.
- Jarlais, D., Friedman, S. & Hopkins, W. (1985). Risk reduction for the acquired immunodeficiency among intravenous drug users. *Annals of Internal Medicine*, 103, 755-759.
- Martin, J. (1987). The impact of Aids on gay male sexual behavior patterns in New York - *American Journal of Public Health*, 77 (5), 578-581
- Musacchio, A. (1989). Aids and drug abuse: Some aspects of psychiatric consultation. *MedLaw (West Germany)* 8 (2), 119-23.
- Price, W. & Forejt, J. (1986). Neuropsychiatric aspects of Aids: A case report. *General Hospital Psychiatry*, 8, 7-10
- Riesenberg, D. (1986). Aids prompted behavior changes reported. *Jama*, 255 (2), 171-172
- Surveillance du Sida en Europe. *Rapport Trimestre n° 15*. Hopital Claude Bernard. 75019 Paris 30-09-87.

ABSTRACT

DRUGS AND AIDS: WHICH RELATIONSHIP?

According to the literature, in the United States until 1987 the high risk groups to catch AIDS were the male homosexuals and bisexuals and the intravenous drug abusers. The percentages are generally 70% for the first group and 20% for the second group. However, one finds different percentages according to the geographical region where the phenomenon is studied. It has been verified that, with the evolution of the illness there is a tendency for the spreading of Aids to the general heterosexual population.

This paper intends to explore that situation in Portugal considering the interdependency between drug and Aids, emphasizing the analysis of the psychological problems that arise within the illness frame and its relationship with the experience and lifestyle of the drug addict.

RÉSUMÉ

DROGUE ET SIDA: QUEL RAPPORT?

Selon la littérature les groupes, les plus susceptibles de contracter le SIDA étaient, jusqu'à 1987 et surtout aux États-Unis, les homosexuels e bissexuels hommes et les toxicodépendants qui utilisent les voies veineuses. Les pourcentages sont en général 70% pour le premier groupe e 20% pour le deuxième groupe. Néanmoins les numéros diversifient selon la zone géographique où le phénomène est étudié. Cependant on vérifie que la progression de la maladie a une tendance à se propager à la population hétérosexuelle en général.

Cet article propose approcher cette situation au Portugal en tenant compte de l'interdépendance de la drogue e du Sida, n'oubliant surtout pas l'analyse des problèmes psychologiques qui apparaissent avec la maladie et son rapport avec l'expérience et la façon de vivre du toxicodépendant.

1. Devem ser enviadas três cópias (incluindo o original) do manuscrito, para o Director, *Jornal de Psicologia*, Rua das Taipas, 76 — 4000 PORTO.

2. Os manuscritos não devem, ordinariamente, ultrapassar as 12-15 páginas, dactilografadas a 2 espaços. Todas as páginas devem ser numeradas sequencialmente. Deve incluir-se um resumo em português, o título do artigo em inglês e em francês, um resumo em inglês (abstract) e em francês (résumé); os resumos devem ter aproximadamente 150 palavras. Quadros, figuras, resumo, abstract, résumé e referências bibliográficas devem ser dactilografadas em páginas separadas.

3. Da primeira página do manuscrito, devem constar as seguintes informações: a) Título do artigo; b) nome(s) e afiliação(ões) institucional(is) do(s) autor(es); c) morada actual do(s) autor(es).

4. a) Os quadros devem ser numerados sequencialmente e devem ter título. Cada quadro deve constar de folhas separadas, e a sua localização aproximada deve ser indicada por uma linha do texto transcrita em separado (por exemplo: "O Quadro I entra aproximadamente depois da seguinte linha...").

b) Gráficos e outras figuras, também transcritos em folhas à parte, devem ser numeradas sequencialmente (ex.: fig. 1, fig. 2, etc.), e a sua localização deve ser indicada de forma idêntica à dos quadros. As figuras devem ser desenhadas a tinta da China e cuidadosamente legendadas.

c) Nos casos em que se justifique, o *Jornal de Psicologia* poderá solicitar ao(s) autor(es) uma participação nos custos de reprodução de gravuras.

5. As notas de rodapé, dactilografadas em separado, devem ser reduzidas ao mínimo, e numeradas sequencialmente, sendo publicadas no final do texto.

6. As referências devem ser citadas ao longo do texto (e não em rodapé), constando do nome do autor(es) seguido do ano da publicação entre parêntesis. Por exemplo: "como Piaget (1964) fez notar..." ou "Krohne e Laux (1981) concluíram que..."

A lista de referências bibliográficas deve ser organizada alfabeticamente, tendo o cuidado de sublinhar, respectivamente: a) Título da revista onde foi publicado o artigo; b) Título do livro; c) Título do livro onde foi publicado o artigo; d) Título da comunicação. Exemplos:

a) Artigos de revista

Abrami, P., Leventhall, L., e Perry, R. (1982). Educational Seduction. *Review of Education Research*, 52, 446-464.

b) Livros

Garber, J., e Seligman, M. (1980). *Human Helplessness*. New York: Academic Press.

c) Artigos em livros

Dunklin, M. (1985). Research on teaching in higher education. In M. C. Wittrock (Ed.) *Handbook of research on teaching* (3rd ed.). New York: MacMillan.

d) Comunicações

Margh, H., e Overall, J. (1979). *Validity of students evaluations of teaching*. Comunicação apresentada no Encontro Anual da American Educational Research Association, San Francisco.

Em caso de dúvida, os autores deverão consultar o APA Publishing Manual, 3rd edition (1983).

7. São gratuitamente fornecidas ao(s) autor(es) duas cópias do número do jornal em que saiu o respectivo artigo e dez separatas do mesmo. Outras reimpressões dos artigos são fornecidas ao preço de custo mais encargos postais, se forem requisitadas quando o manuscrito é publicado.

8. Qualquer manuscrito que não obedeça às instruções acima referidas, é passível de ser devolvido para a necessária revisão antes de ser publicado.

9. Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

10. Após a sua publicação no J.P., os artigos ficam a ser propriedade deste.

REUNIÕES CIENTÍFICAS

SÁUDE MENTAL EM AMBIENTE PRISIONAL

Decorreu em Lisboa, nas instalações do Centro de Estudos Judiciários, nos dias 29 e 30 de Abril passados, o II Encontro Nacional sobre Saúde Mental em Ambiente Prisional. Tratou-se de uma organização conjunta da Direcção Geral dos Serviços Prisionais, através da sua Clínica de Psiquiatria e Saúde Mental, e da Clínica Universitária de Saúde Mental e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa.

Tentando, de certa forma, reeditar o I Encontro sobre esta temática, havido em Dezembro de 1988, onde os mentores desta Clínica de Psiquiatria e Saúde Mental da D.G.S.P. haviam traçado o seu modelo de intervenção, baseado fundamentalmente nos ensinamentos do seu ideólogo, o Prof. Eduardo Cortesão, esperava-se que, volvidos mais de dois anos pudessem vir a ser apresentados e discutidos os resultados dessa mesma intervenção. A presença de um único convidado estrangeiro, o Prof. Daniel Bobon, da Universidade de Liège que proferiu uma conferência sobre questões actuais da psiquiatria forense, reforçava, aliás, essa hipótese.

Foi pois, com um certo espanto, que ao longo dos dois dias do Encontro assistimos a um autêntico "desfile" de "banalidades" a propósito das prisões, da psicopatologia e da delinquência, que contrastavam nitidamente com as necessidades apontadas por alguns Directores de Estabelecimentos Prisionais, no sentido de dar resposta aos problemas de cariz psicológico/psiquiátrico levanta-

dos pelos reclusos nas respectivas prisões. De facto, e em nosso entender, se uma conclusão há a tirar deste Encontro, é a de que não basta teorizar e tentar intervir nas prisões de fora dos seus muros. Como cada vez mais vai sendo dito e escrito, uma intervenção sobre os problemas da prisão (que não são só os da saúde mental dos reclusos a que este Encontro se acabou por reduzir), passa por estar na prisão e não fora dela. Passa também por compreender a importância que outros grupos têm no seio da organização prisional, nomeadamente a população vigilante.

Não se questione aqui o mérito e a necessidade de promover realizações como esta, mas sente-se que, cada vez mais, é necessário adoptar atitudes pragmáticas e com impacto social, dentro e fora das prisões. Arranjem-se ao menos algumas respostas, porque afinal este Encontro parece só ter contribuído para levantar mais questões e aumentar o cepticismo dos ouvintes. A nossa esperança fica guardada para o III Encontro.

Rui Abrunhosa Gonçalves

PSICOLOGIA MILITAR

Integrado nas comemorações do 30º aniversário do Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército, decorreu de 27 a 28 de Maio de 1991, no Complexo Social das Forças Armadas, em Oeiras, o I Encontro Luso-Espanhol/II Encontro Nacional de Psicologia Militar. Não obstante a temática específica desta reunião científica, foi vasta a colaboração

dada pelas instituições universitárias portuguesas, sendo de realçar, em particular, o contributo da Universidade do Minho pelo número de participantes afectos a esta instituição. Por outro lado, a fêrnica da psicologia militar foi largamente extravasada, quer pelos contributos da Psicologia Clínica (Afonso de Albuquerque, Américo Baptista, Anabela Pereira, Fernando Pocinho, João Coias, Vaz Serra) quer da Psicossociologia das Organizações (Correia Jesuino, Gouveia Pereira, Grade Monteiro) quer ainda sobretudo pelo ênfase dado aos procedimentos psicométricos relacionados com a instituição militar e os serviços que ela presta. Uma palavra de realce deve ser dada à delegação espanhola presente, cujo número de elementos e a variedade dos temas abordados, mostrou a importância que a Psicologia tem nos meios castrenses do país vizinho.

Finalmente, realce-se o bom ambiente criado e o lançamento da "Revista de Psicologia Militar", herdeira do Boletim do CEPE, que, à razão de dois números/ano pretende perpetuar no papel, o avanço de uma especialidade da psicologia cuja evolução justifica, entre nós, um olhar mais atento. Esperamos, pois, que se torne cada vez mais verdadeira a afirmação constante da alocução de abertura proferida pelo Psicólogo e Director do CEPE, Coronel Aurélio Pamplona, segundo o qual, a "Instituição militar é um campo experimental privilegiado para a investigação psicológica". Muitos de nós, "psicólogos civis" parecem ainda não se ter dado conta disso. E já é tempo.

Rui Abrunhosa Gonçalves

FREUD E PIAGET

Afectividade e Inteligência

José H. Barros de Oliveira

116 pags, 21 x 15 cm, com um prefácio do Prof. Óscar Gonçalves.

Pedidos a: Jornal de Psicologia, Rua das Taipas, 76, 4000 PORTO, juntando cheque ou vale no valor de 600\$00 (porte incluído)

LEITURAS

FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

Propriedade do Instituto de Emprego e Formação Profissional, surgiu em Outubro de 1990 o primeiro número da revista Formar — Revista dos Formadores, de periodicidade trimestral. No seu Editorial de abertura são anunciados os propósitos da nova publicação: "criação de um espaço de diálogo e debate com as pessoas que, na primeira linha das organizações realizam a Formação Profissional, e a ela se dedicam como profissionais".

Construída com evidentes preocupações estéticas, onde sobressai um esmero técnico no grafismo e nas propostas de enquadramento dos textos na mancha tipográfica, é com imenso prazer que se folheia qualquer um dos números desta nova publicação. Plurifacetada nos conteúdos e distanciando-se desde logo

das chamadas revistas de cariz científico, "Formar" cumpre com isenção e sabedoria os objectivos para os quais parece ter sido fundada, isto é, uma ampla divulgação de matérias, de cariz essencialmente prático, que devem constituir a base de apoio de todos aqueles que se dedicam à formação. A proveniência científica dos participantes que deram o seu contributo nos três números até agora publicados é igualmente variada (psicologia, sociologia, antropologia, filosofia, etc.), donde se conclui que não se trata de uma revista que medra apenas à sombra de um saber, antes procurando na diversidade das abordagens apontar afinal para uma imagem do que deve ser um formador: um ser completo, cuja prática deve ser a de favorecer a integração das várias vertentes que constituem a personalidade do outro, em formação.

Se é certo que entre nós, psicólogos, o ramo da psicologia do trabalho e

das organizações sempre pecou por defeito no que toca a publicações, a vinda a lume de uma revista como esta vem dar resposta a uma dupla preocupação: Que é possível um espaço na escrita para os problemas relacionados com as organizações e o trabalho dos psicólogos e outros profissionais dentro delas e de que, cada vez mais, são justificáveis as revistas destinadas a conteúdos e públicos específicos (na psicologia e não só), sendo dispensáveis mais publicações de temáticas científicas gerais, provado que está o pouco empenho que demonstram os profissionais académicos portugueses, sobretudo os de psicologia, para a produção de artigos de maior ou menor cunho científico.

Para a "Formar", pois, uma palavra de louvor em tudo, até no preço.

Rui Abrunhosa Gonçalves

CALENDÁRIO

NACIONAL

CONVENÇÃO NACIONAL APPORT/91. Porto, Hospital Magalhães Lemos, 13 e 14 de Dezembro de 1991. - Informações: APPORT, Apartado 392, 4703 BRAGA Codex.

I FORUM DE PSICOLOGIA CLINICA. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 22-24 de Janeiro de 1992. - Informações: Sociedade Portuguesa de Psicologia Clínica, Avenida 5 de Outubro, 10, 1ª esq., sala 4, 1000 LISBOA.

22ND CONGRESS OF THE EUROPEAN ASSOCIATION OF BEHAVIOR THERAPY. Coimbra, 9-12 de Setembro de 1992. - Informações: APTC, Apartado 9001, 3049 COIMBRA Codex.

INTERNACIONAL

FOURTH WORLD CONGRESS OF BEHAVIOUR THERAPY. The Gold Coast, Queensland, Australia, 4-8 de Julho de 1992. - Informações: Kim Halford, Dept. of Psychiatry, The University of Queensland, Clinical Sciences Building, Royal Brisbane Hospital, Herston, Queensland, QLD 4029, AUSTRALIA.

LE FORUM EUROPÉEN DES PSYCHOLOGUES. Estrasburgo, 9-12 de Julho de 1992. - Informações: Le Journal des Psychologues, 61, Rue Marx Dormoy, 13004 Marseille, FRANÇA.

THE IBERO-AMERICAN CONGRESS OF PSYCHOLOGY. Salamanca, Spain, 11-16 de Julho de 1992. - Informações: Gerardo Marín, Dept. of Psychology, University of San Francisco, San Francisco, CA 94117-1080. SPAIN.

WORLD CONGRESS OF COGNITIVE THERAPY. Toronto, Canada, 17-21 de Julho de 1992. - Informações: Zindel V. Segal, Clarke Institute of Psychiatry, 250 College St., Toronto, Ontario M5T 1R8, CANADA.

50TH ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF PSYCHOLOGISTS. Amsterdam, the Netherlands, 14-18 de Julho de 1992. - Informações: Dr. Henk van der Ploeg, Drontermeerlaan, 29, 2317 GH, Leiden, Netherlands.

25TH INTERNATIONAL CONGRESS OF PSYCHOLOGY. Bruxelas, 19-24 de Julho de 1992. - Informações/EUA: Joan Buchanan, APA International Affairs Office, 1200 Seventeenth Street, N.W., Washington DC 20036, USA. Informações/EUROPA: Brussels International Conference Centre, Parc des Expositions, Place de Belgique, B-1020 Brussels - BELGICA.